

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - CCSH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Cristiane Sperling Elesbão

**UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DA MORTE NO COTIDIANO DE
TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES**

Santa Maria, RS
2016

Cristiane Sperling Elesbão

**UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DA MORTE NO COTIDIANO DE TRABALHO
DOS POLICIAIS MILITARES**

Dissertação Apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia da Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Como Requisito Parcial para Obtenção do Grau de **Mestre em Psicologia.**

Orientador: Prof. Dr. Alberto Manuel Quintana

Santa Maria, RS
2016

Sperling Elesbão, Cristiane

Um olhar sobre a presença da morte no cotidiano de
trabalho dos Policiais Militares / Cristiane Sperling

Elesbão.-2016.

64 p.; 30cm

Orientador: Prof. Dr. Alberto Manuel Quintana

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2016

1. Atitude frente à morte 2. Polícia militar 3.

Representação social 4. Trabalho I. Manuel Quintana,

Prof. Dr. Alberto II. Título.

Cristiane Sperling Elesbão

**UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DA MORTE NO COTIDIANO DE TRABALHO
DOS POLICIAIS MILITARES**

Dissertação Apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia da Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Como Requisito Parcial para Obtenção do Grau de **Mestre em Psicologia.**

Aprovado em 30 de maio de 2016:

Alberto Manuel Quintana, Dr.
(Presidente/Orientador)

Camila Peixoto Farias, Dra. (UFSM)

Elaine Gomes dos Reis Alves, Dra. (USP)

Santa Maria, RS
2016

Dedico este trabalho a Claudino José Elesbão (in memorian) e Cleber Antônio Schweinitz Elesbão (in memorian), por acompanharem esta e as demais árduas construções desta existência.

Agradecimentos

*A Deus e a plêiade de emissários de luz,
que sempre me direcionam na jornada terrena.*

*Meus pais, Cloacir e Eni e irmão Juliano
por andarem lado a lado, me amparando diante das adversidades e haurindo forças para
juntos dividirmos as alegrias de cada passo.*

*Meu namorado Rafael,
presença constante que ilumina meus dias, suportando pacientemente as angústias e
transformando-as em alegria e incentivo a passos maiores.*

*A avó Nair e demais familiares
pelo apoio e carinho dispensados principalmente nos momentos mais silenciosos.*

*As amigas e amigos,
que sustentaram meus dias com sorrisos, abraços e palavras de incentivo.*

*Aos colegas Rodrigo, Janete e Lucas,
integrantes do quarteto fantástico, vocês coloriram meus dias e amenizaram as angústias
que surgiram no caminho, tornando essa parceria eterna.*

*Aos membros do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde,
por compartilharem discussões e reflexões importantes ao meu crescimento acadêmico.*

*A Alessandra
por trilhar ao meu lado este percurso de construções e crescimento com dedicação e ética.
Tua presença aprimorou discussões e impulsionou novos projetos.*

*Ao professor Alberto,
por compartilhar seus conhecimentos, dedicando atenção ao acompanhamento de todas as
fases deste trabalho.*

*À Dra Elaine Alves,
pela paciência, acolhimento e escuta, criando possibilidades para outras construções.*

*À Dra Camila Farias,
pela atenção e contribuições construtivas dispensadas ao longo de todo o mestrado.*

*À Universidade Federal de Santa Maria,
pela oportunidade de desenvolver estudos e sonhos que influenciaram meu percurso
acadêmico.*

*À Brigada Militar,
Pela abertura, confiança e oportunidade de desenvolver este estudo.*

*Aos participantes,
que compartilharam vivências e experiências, possibilitando esta construção.*

*Aos colegas do Serviço Acolhe Saúde,
por acompanharem meu percurso, dividindo reflexões e estimulando minha caminhada.*

*A todos que,
de algum modo, acompanharam os passos que culminaram neste trabalho, trazendo luz
a minha vida através dos reencontros.*

Meu profundo e sincero Muito Obrigada!!

RESUMO

UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DA MORTE NO COTIDIANO DE TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES

AUTORA: Cristiane Sperling Elesbão
ORIENTADOR: Alberto Manuel Quintana

Pensar sobre a morte remete, inevitavelmente a pensar sobre a vida. Discorrer sobre os entrelaçamentos que ambas produzem ao longo do desenvolvimento humano, mobiliza sentimentos de angústia e dúvidas. Isso acontece, pois o ser humano tem como peculiaridade, o ímpeto de buscar formas de explicar, combater ou vencer as adversidades que surgem ao longo da vida e, nesse contexto, o desconhecido é disparador de inquietação. Os Policiais Militares (PMs) lidam com a morte no exercício diário da profissão, principalmente aqueles que atuam no policiamento ostensivo, podendo vivenciar a morte de outrem ou a própria a qualquer momento. Este estudo objetivou conhecer as representações sociais de grupos de Policiais Militares acerca da presença da morte no seu cotidiano de trabalho. Tratou-se de um estudo qualitativo, de cunho exploratório, do qual participaram 26 policiais que atuam na Polícia Rodoviária Estadual e no Pelotão de Operações Especiais, ambas pertencentes a uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sendo realizados quatro (04) encontros de grupos focais, com eixos norteadores pertinentes à temática adotada. A análise dos resultados, discutida com a Teoria das Representações Sociais, apontou categorias que demonstram a importância dos efeitos observados na ação diária perante o encontro com a morte; a agressão percebida diante do julgamento da sociedade; o momento em que a morte se torna escancarada e a representação da morte, que parte do momento do impacto até o movimento reflexivo sobre o tema. Destacou-se a naturalização da morte, por parte do grupo de policiais, como mecanismo utilizado para se proteger e lidar com a finitude escancarada no ambiente de trabalho. Os momentos de fala e escuta criados, facilitaram a abertura das defesas psíquicas e permitiram refletir sobre os temores, tão intensamente denunciados através de contradições. Tais discussões enfatizam a importância de disponibilizar dispositivos de aproximação da instituição militar ao processo de escuta, com vistas a observar as questões suscitadas pelo trabalho policial, mobilizando reflexão sobre o processo de morte e os enfrentamentos diários decorrentes de seu fazer profissional.

Palavras-chave: Atitude Frente à Morte. Polícia Militar. Representação Social. Trabalho.

ABSTRACT

A GLANCE AT DEATH CASES IN DAILY WORK OF MILITARY POLICE

AUTHOR: Cristiane Sperling Elesbão

ADVISOR: Alberto Manuel Quintana

Thinking about death leads inevitably to think about life. Talking about the entanglements that both produce along human development, mobilizing feelings of anguish and doubts. This happens because the human being has the peculiarity; the impetus to look for ways to explain, fight or overcome the adversities that appear throughout life and, in this context, the unknown is caring trigger. The Military Police (MPs) deal with death in the daily practice of the profession, especially those who operating in ostensible policing can experience the death of others or their own at any time. This study aimed to identify the social representations of military police groups about the presence of death in their daily work. This was a qualitative study of exploratory nature, attended by 26 police officers working in the State Traffic Police and Special Operations Squad, both belonging to a city in Rio Grande do Sul state. This study was approved by the Research Ethics Committee, which conducted four (04) focus group meetings with relevant guiding axes to the theme adopted. The results, discussed through the Social Representation Theory, pointed categories that demonstrate the importance of the effects observed in daily action before the encounter with death; aggression perceived before the judgment of society; the time when death becomes gaping and the representation of death which part of the moment of impact to the reflexive movement on the subject. The highlight was the naturalization of death by the police group, as a mechanism used to protect and deal with death gaping in the workplace. The moments created to discuss with them facilitated the opening of psychic defenses and allowed a reflection on the fears, so intensely denounced by contradictions. Such discussions emphasize the importance of providing devices approach of the military to the listening process, in order to observe the issues raised by the police work, mobilizing reflection about the process of death and daily confrontations arising from their professional actions.

Keywords: Attitude to Death. Military Police. Social Representation. Work.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 APRESENTAÇÃO | 11 |
| 2 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2.1 DISCUSSÃO DA PROBLEMÁTICA | 16 |
| 3 PERCURSO METODOLÓGICO | 23 |
| 3.1 DESENHO DO ESTUDO | 23 |
| 3.2 BRIGADA MILITAR | 28 |
| 3.3 3ª COMPANHIA RODOVIÁRIA – 1º PELOTÃO RV | 29 |
| 3.4 1ºREGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA – PELOTÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS | 31 |
| 3.5 PARTICIPANTES | 32 |
| 3.6 COLETA DE INFORMAÇÕES | 32 |
| 3.7 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES | 34 |
| 3.8 ASPECTOS ÉTICOS | 36 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 37 |
| 4.1 EFEITOS NA AÇÃO: O ENCONTRO COTIDIANO COM A MORTE | 38 |
| 4.2 QUANDO A MORTE NÃO AGRIDE: O JULGAMENTO SOCIAL | 42 |
| 4.3 CAI O VÉU DA FINITUDE: A MORTE SE ESCANCARA | 45 |
| 4.4 A REPRESENTAÇÃO DA MORTE: DO IMPACTO À REFLEXÃO | 50 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
| REFERÊNCIAS | 57 |
| ANEXO A | 61 |
| APÊNDICE A | 64 |
| APÊNDICE B | 65 |

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho constitui a Dissertação de Mestrado intitulada “Um olhar sobre a presença da morte no cotidiano de trabalho dos Policiais Militares”, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O projeto encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM foi aprovado em abril de 2015, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 44567115.4.0000.5346.

A dissertação está organizada da seguinte forma: inicialmente apresenta-se uma introdução a fim de situar o tema trabalhado, bem como as motivações que levaram ao desenvolvimento dele bem como aos pressupostos teóricos relevantes. Após a etapa introdutória, situa-se o caminho metodológico percorrido, descrevendo-se o método elencado e suas ferramentas metodológicas para trabalhar com os participantes a fim de coletar as informações necessárias para responder a pergunta de pesquisa, sendo também apresentadas informações sobre as duas unidades militares participantes. Em seguida, tem-se a descrição dos resultados encontrados junto à discussão pertinente. Os resultados e discussões encontram-se na mesma sessão, de forma que as contribuições dos participantes sejam aprofundadas no momento em que são dispostas ao longo das categorias. Por último apresentam-se as considerações finais, obtidas a partir da integração dos resultados e as discussões do estudo junto às colocações da autora.

Pretende-se com esta investigação, além de acrescer na evolução e formação da autora enquanto pesquisadora e no desenvolvimento da escrita científica, a motivação para que o programa de pós-graduação, ao qual se vincula, seja prestigiado e incentivado a desenvolver-se enquanto centro de excelência em pesquisa. Assim, o rigor metodológico e a discussão de resultados e temáticas serão melhor aproveitados como fontes de mudanças sociais, sejam elas de caráter concreto ou subjetivo.

INTRODUÇÃO

Enveredar-se pelos caminhos que envolvem a morte não é tarefa fácil.

Mas, a morte não está em todos os locais? Ou pode estar?

Que caminhos seriam estes?

Sim, ela surge como uma possibilidade em cada momento da vida, desde o nascimento. Entretanto, pode-se escolher vivenciar a morte no cotidiano, capaz de se repetir várias vezes no mesmo dia, no mesmo turno de trabalho. Esta é a rotina de profissionais da área da saúde e também da segurança pública, que enfrentam a morte, ao mesmo tempo em que se dedicam integralmente ao cuidado ou proteção ao outro.

Nesse movimento de deparar-se frequentemente com a finitude, constroem seus próprios significados sobre um dos maiores mistérios da humanidade e também, a única certeza da história da natureza humana. Assim, os conceitos que um indivíduo ou grupo social constroem sobre a morte, interagem diretamente com o significado que este grupo pensa e lida com o trabalho junto à sua ocorrência.

Essa temática é frequentemente abordada em estudos com o foco voltado à categoria dos profissionais de saúde, abordando questões relativas à rotina de enfermeiros, médicos e psicólogos, no que concerne ao enfrentamento, percepções e reflexões sobre a morte (Almeida & Falcão 2013; Borges & Mendes, 2012; Ferreira, Lira, Siqueira & Queiroz, 2013; Medeiros & Lustosa, 2011; Oba, Tavares & Oliveira, 2002; Oliveira, Quintana & Bertolino, 2010; Shimizu, 2007). Porém, ela também integra o cotidiano de trabalho de outras profissões, nem sempre correlatas à área da saúde, como a instituição policial de modo geral.

Nesse contexto, os Policiais Militares (PMs) podem ser vistos como uma categoria profissional com uma possibilidade policausal de encontro com as ocorrências de morte. Este contato é peculiar, não apenas pela possibilidade da morte do outro estar em seu cotidiano, mas pela eventualidade e risco diário relacionado à sua própria morte (Oliveira & Santos, 2010). Desse modo, sua rotina é não ter rotina, à medida que realizam o policiamento sem imaginar em que tipo de ocorrências irão se envolver e como cada uma será encerrada.

O foco das discussões científicas envolvendo a figura do profissional de polícia, em especial a da Polícia Militar ou Brigada Militar (BM) - como é denominada no estado do Rio Grande do Sul - é, em sua maioria, referente aos estudos relativos à saúde profissional, sendo abordadas questões sobre estresse, riscos da profissão, comportamento violento e organização do trabalho (Braz, 2006; Costa & Estevam, 2014; Oliveira & Bardagi, 2009; Oliveira &

Santos, 2010; Omena & Alves, 2007; Silva & Vieira, 2008; Vivian, Mahl, Silva & Oliveira, 2013). Levantamento bibliográfico realizado na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando como descritores “morte” e “trabalho policial”, revelou 31 publicações, sendo que predominam estudos que versam sobre ações policiais, em detrimento dos que dizem respeito à abordagem das relações que envolvem a morte e o trabalho policial, sendo destacados apenas Fernandes (2010) e Müller (2012).

Desse modo, percebe-se que grande parte das publicações científicas versa sobre as ações em torno do profissional policial. Ao digitar a palavra polícia ou policial, tem-se a tela do computador repleta de julgamentos perante atitudes que levam a morte de outras pessoas - como casos de reação a assaltos, mobilizações públicas onde precisam investir contra os manifestantes, batalhas entre a polícia e grupos de traficantes - atuações muitas vezes consideradas arbitrárias perante os cidadãos e mobilizando questionamentos em relação a posturas vistas como repressivas, violentas e/ou autoritárias. Em detrimento disso, pouco se investe em refletir sobre o outro lado. Isto é, a vivência subjetiva e familiar do policial, seja perante a sociedade, a morte, ou mesmo, o próprio comando diante do ambiente institucional.

Costa e Estevam (2014) atentam que essa categoria profissional, em meio ao contexto de violência e insegurança, desenvolve seu trabalho em constante alerta, muitas vezes em plantões sucessivos, com contingente de pessoal inferior às necessidades públicas e ferramentas de trabalho precárias. As autoras destacam que o Policial Militar (PM) tem seu trabalho pautado a partir de uma hierarquia, integrando princípios pessoais e institucionais, a fim de manter a ordem pública, garantindo o cumprimento da lei e realizando o policiamento ostensivo, isto é, a atividade policial desenvolvida de modo visível, com uso de viaturas caracterizadas, uniformes e/ou distintivos capazes de tornar os policiais identificáveis por todos. Esse fato os torna, ao mesmo tempo, mais vulneráveis ao contato com a possibilidade da morte em cada ocorrência que atendem, sendo que essa pode ser a sua ou a de outrem (Costa & Estevam, 2014).

Cabe destacar que os Policiais Militares têm um compromisso com a sociedade, frente à manutenção da segurança pública. Desta forma, fardados ou não, se veem impelidos a atuar diante de qualquer situação que contrarie a tranquilidade e o equilíbrio da vivência em sociedade. Em cada atendimento ou ocorrência, independente do motivo, os brigadianos podem encontrar óbito consumado, se deparar com alguém gravemente ferido, provocar a morte de alguém, voluntária ou involuntariamente - em confrontos, em defesa própria, vivenciar o óbito de algum colega de farda - ou mesmo se deparar com a própria morte (Oliveira & Santos, 2010).

Esse contexto de morte no trabalho policial tem maior relevância quando se observa a realidade brasileira, cenário onde a criminalidade e a violência têm adquirido proporções cada vez maiores, aumentando a vivência dos policiais em ocorrências que envolvem óbitos (Costa & Estevam, 2014). Para ilustrar este fato, dados cedidos pelas secretarias de segurança estaduais mostram que, a cada quatro cidadãos mortos no Brasil, um policial também perde a vida. São informações que apontam, não apenas para a letalidade das ações da polícia, mas também para o grau de risco ao qual os profissionais estão expostos. No ano de 2013, mensalmente 26 policiais morreram em ação contra criminosos. O número sobe para 316 ao ano, entre os 22 estados que forneceram informações oficiais (BBC Brasil, 2014).

O interesse em aprofundar, neste estudo, a dinâmica psíquica do trabalho junto ao público militar nasce a partir de 2007, quando um estágio de promoção de saúde no Batalhão de Operações Especiais (BOE) da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, realizado na mesma cidade de realização deste trabalho, permitiu a autora deste estudo, organizar seu trabalho final de graduação. Esta experiência fomentou discussões e reflexões sobre a saúde mental destes trabalhadores frente aos meandros de seu ofício. A dedicação ao trabalho em saúde mental, somada ao direcionamento para os estudos sobre a morte e seus atravessamentos, mobilizaram o interesse em retomar o contato com o público militar.

Além dessa vivência, recordações do âmbito familiar emergem ao buscar os motivos que culminaram nas páginas a seguir. Inicialmente, a imagem de um tio paterno, militar reformado, que sempre deixava claro o perigo que rondava a profissão. Residia com esposa e filhas em uma casa bem protegida, com trancas, grades, chaves e cadeados. Em cima da mesa da sala, uma arma calibre 38, municada e pronta para uso quando da necessidade de defesa imediata. Pouco contato ele manteve com o restante da família, pois sua intensa preocupação não permitia, e pouco se ausentava do ambiente residencial.

Ocorre também a lembrança, ainda mais intensa, de outro militar, também tio paterno, que inicialmente contemplava as expectativas do serviço militar obrigatório, mantendo um sorriso e alegria marcantes. O próximo passo era ingressar na Brigada Militar, e assim o fez. Em poucos anos atuando na Instituição foi transferido para a cidade de Santa Bárbara/RS. Iniciou a construção da casa, da família, transparecendo sempre o orgulho que a farda lhe proporcionava. Porém, em um dia de serviço, ele estava em um carro na companhia de quatro colegas de farda, e todos encontraram a morte, não voltando mais para casa. A avó paterna da pesquisadora perdia o filho caçula, e o restante da família, a alegre presença de um jovem apaixonado pela profissão.

Desta forma, percebe-se que pensar sobre a morte remete, inevitavelmente a pensar sobre a vida, uma vez que a morte é parte do processo de vida das pessoas. Discorrer sobre os entrelaçamentos que ambas produzem ao longo do desenvolvimento humano, mobiliza angústia, dúvidas e suscita dedicação, pois o ser humano revela, entre suas características, o ímpeto de buscar formas de explicar, combater ou vencer as adversidades que surgem ao longo da vida e, nesse contexto, o que é considerado desconhecido mobiliza sentimentos de inquietação (Fernandes, 2010). Dentre essas, a morte, entendida muitas vezes como castigo ou provação, nunca foi “controlada” e configurou-se como a única certeza da vida, tendo adquirido um caráter oculto e proibido dentre as preocupações do homem neste século (Oba *et al*, 2002).

A trajetória de reflexão sobre a morte perpassa um momento histórico onde ela era um evento anunciado e considerado natural, a ponto de ocorrer no ambiente residencial, sem a presença de elementos tecnológicos e tendo os rituais preparados muitas vezes, pelo próprio enfermo. Entretanto, ao longo de tempo, a finitude se viu transformada em fracasso, uma perda diante da batalha pela vida, travada por profissionais e tecnologias elaborados para prolongar a vida a qualquer custo, em um ambiente hospitalar frio e distante dos entes queridos. Esse movimento aumentou o sofrimento emocional do enfermo, talvez porque o processo tecnológico tenha definido o paciente como objeto, diante do próprio processo de tratamento (Kübler-Ross, 2008).

A partir da elucidação das questões acima abordadas, visualizou-se a importância de propor momentos para discussão, com vistas a promover significações acerca das vivências de policiais diante da morte, expandindo a compreensão sobre este fenômeno e permitindo espaços de reflexão à sociedade, tanto científica, quanto pública. A seguir, apresenta-se uma reflexão mais profunda entre a morte e o cotidiano do PM, entendendo que ela integra o processo de trabalho desse profissional, podendo ser vivenciada a qualquer momento. De modo paralelo, será enunciada a Teoria das Representações Sociais, escolhida para elucidar como os Policiais Militares estão vivenciando o confronto diário com a morte, considerando o modo como lidam com os sentimentos que ela lhes mobiliza. Tem-se como proposta fomentar reflexões sobre uma classe profissional tão imersa no contato com a morte, e talvez pouco vista em suas especificidades.

DISCUSSÃO DA PROBLEMÁTICA

Para entender como o fenômeno da morte passa a ser assunto integrante no cotidiano das diferentes culturas já existentes, e também na rotina de trabalho de alguns profissionais, faz-se necessário um remonte histórico da questão. Tal processo permite visualizar as modificações sobre a visão e o enfrentamento diante dessa, nas distintas sociedades, auxiliando o entendimento do momento atual e também de como os Policiais Militares estão inseridos no contexto que envolve a morte.

Temos que, no período medieval, os cavaleiros sabiam da proximidade da morte através de avisos e signos ou mesmo de uma convicção interior, como se morrer fosse parte do próprio destino (Ariès, 1977). Chiavenato (1998) acrescenta que, em tempos primitivos, o homem entendia a morte como sendo provocada por alguém ou por algo. Já os egípcios acreditavam na imortalidade, de modo que ninguém morre, e sim, a alma reencarna ou descansa. Para o autor, a morte poderia ser decidida pelos deuses, conferindo medo às pessoas, fato observado nas religiões através dos mandamentos e das leis divinas.

Sua ocorrência enquanto parte da vida, denotava um acontecimento vivenciado em casa, na presença dos entes queridos e, até meados do século XX, a figura do médico apenas acompanhava o sujeito no processo de morrer (Shimizu, 2007). Chiavenato (1998) aponta que esta mudança decorre do espaço ocupado pelas figuras do sacerdote e do médico, no que tange ao acompanhamento do moribundo, pois até o século XVI esta atividade era dotada de um cunho religioso e, portanto, responsabilidade da figura religiosa. Com o advento do conceito de morte natural, isto é, passível de controle do ser humano, os médicos ganham espaço, aproximando-se do ser em processo de morrer, e a partir do século XVIII é relegado papel secundário ao sacerdote (Chiavenato, 1998).

Para o autor, esse movimento fortaleceu o investimento em técnicas médicas de combate à morte, contribuindo de modo importante para que ela fosse afastada do ambiente familiar e transferida para o hospital, longe do olhar da sociedade, da vivência com a finitude do outro e, conseqüentemente, das reflexões acerca da possibilidade da própria morte. Nesse processo, inseriram-se, além dos médicos, os demais profissionais das equipes de saúde, como atores a conviver com a morte no trabalho, lembrando que sua postura é de enfrentamento e evitação da morte, independente do contexto e/ou da vontade do paciente (Schimizu, 2007).

Assim, Medeiros e Lustosa (2011) reforçam que, a partir do século XX, os avanços em relação ao afastamento da morte podem ser adjetivados por peculiaridades, como os

procedimentos tecnológicos que permitem prolongar a vida, o aprimoramento relativo à monitoração deste processo, a qualificação do médico como responsável pela cura, a passividade destinada ao enfermo, ignorando-se, inclusive, seus credos e princípios, além do isolamento, quando em atendimento hospitalar. Evidencia-se a incapacidade humana de lidar com a morte, e esta adquire status de sofrimento inevitável que necessita ser afastado, o que fortalece sua vulnerabilidade (Fernandes, 2010).

Para Kóvacs (2008), os profissionais de saúde podem se deparar com as mais diferentes formas como a morte se apresenta em nosso cotidiano, na medida em que atualmente parece haver uma preferência pelo mascaramento desse processo natural e esperado. Essa acontece, segundo a autora, por meio da interdição realizada pelos mesmos, tanto para prolongar a vida o máximo possível, quanto na busca de não perder uma batalha conta suas próprias limitações, apoiando-se no avanço tecnológico. Nesse contexto, encontram-se os policiais, que diferentemente dos profissionais de saúde, atuam com a morte nas ruas, diante dos olhos da sociedade e muitas vezes são acusados do processo inverso, isto é, de abreviar a vida das pessoas, quando sua atuação provoca a morte de alguém.

O percurso histórico pressupõe diferentes alterações durante a trajetória da morte, e as transformações diante da visão do homem são discrepantes, uma vez que, inicialmente, a morte era tratada como familiar e aceita, e, atualmente, passou a ser negada (Ariès, 1977). Ele ressalta que “a morte problematizou-se, e furtivamente afastou-se do mundo das coisas mais familiares” (Ariès, 1977, p.64). Kübler-Ross (2008) complementa afirmando que o morrer parece ter adquirido algo triste, de caráter solitário, mecânico, desumano e impessoal, a partir do momento em que a pessoa necessita de cuidados médicos. Assim, a morte recebe um caráter de silêncio civilizado, uma vez que atitudes lógicas, coerentes e práticas se constituem para a retirada do ‘moribundo’ do espaço em sociedade (Ariès, 1977; Oba *et al.*, 2002).

Nesse contexto, Medeiros e Lustosa (2011) acrescentam que tal movimento estimula o processo de sua negação, mobilizando a existência de pensamentos relativos à imortalidade. O fim da vida apresenta-se como um dos maiores mistérios da humanidade, afinal, em busca de suas especificidades, percebe-se que não há concretude e seus ritos são particulares de cada cultura, sociedade e período histórico em que é vivenciada (Fernandes, 2010). Kovács (1992) e Medeiros e Lustosa (2011) salientam que o conceito de morte estaria ligado a um fim definitivo de qualquer sinal de vida, tendo a finitude da vida como parâmetro biológico a parada total dos órgãos, além do advento da morte cerebral.

Kovács (1992) afirma, em um olhar panorâmico sobre o desenvolvimento humano, que as reflexões acerca da morte surgem na infância a partir das primeiras ausências da mãe.

Na adolescência, o jovem torna-se vulnerável às condutas de risco e à morte, possivelmente devido aos comportamentos impulsivos e agressivos que permeiam essa fase e a importância de se sentir integrado a um grupo. Já na vida adulta, a autora destaca que a morte parece adquirir um caráter concreto e próximo, no sentido de mobilizar a busca ou a apreensão em relação ao significado da vida ao percebê-la finita. Fernandes (2010) elucida que a morte poderia ser um assunto cotidiano, caso as pessoas a entendessem como parte da vida da espécie. Porém, sua recusa enquanto algo natural, mobiliza um abalo e um desgaste emocionais perante o confronto com o que não se pode evitar.

Desse modo, a sociedade capitalista e os avanços na área tecnológica mobilizam, nos homens, certa inconsciência e privação em relação à própria morte (Kovács, 1992; Oba *et al.*, 2002). Ariès (1977) aponta que ela representa o espaço para a tomada de consciência do homem e pode denotar uma das maiores dores, a dor da perda, que não pode e não deve ser ignorada. Assim, o movimento da sociedade atual em desconsiderá-la deflagra incapacidade e fragilidade para lidar com a finitude (Vivian *et al.*, 2013). Questão importante trazida por Kübler-Ross (2008) e que será abordada nesse trabalho, é que talvez, o advento da morte não seja em si o grande problema, porém os intensos sentimentos de desamparo, isolamento, tristeza e desesperança que a acompanham neste momento da história, gerados a partir do medo que cada um possui de confrontar-se com a certeza da própria morte. O caráter adquirido pela morte revela que perdeu-se o humano no processo de morte e morrer.

A apresentação dessa passagem histórica enfatiza mudanças, tanto no significado quanto no modo de enfrentamento da morte ao longo dos séculos. Paralelo a isso, tem-se a atuação dos Policiais Militares que assumiram a responsabilidade de zelar pela segurança pública, a partir da instalação da Brigada Militar (BM) há 179 anos. Essa força de segurança tem como função realizar um policiamento ostensivo e preservar a lei e a ordem pública, a partir da hierarquia nos postos de comando. Desse modo, seu entrelaçamento com a morte atravessou o tempo, passando por um período de guerras declaradas, até hoje, onde se parece viver em uma guerra velada, haja vista, primeiramente que os indivíduos ingressam na carreira militar e são direcionados a priorizar a proteção do outro e a manutenção da segurança pública, colocando-se muitas vezes, em risco de morte.

Tal risco emergiu no período de guerra, quando o ato de matar significava a garantia da sobrevivência do indivíduo (Fernandes, 2010). Naquela época, segundo o autor, a preparação para a batalha antecipava vários sentimentos, incluindo o medo, que pode influenciar diretamente o momento do ataque para sobreviver. Esses impulsos, agregados ao risco da morte e a individualidade, mobilizam a paralisação diante do medo ou a vitória sobre

ele. Dessa forma, o risco de morte é assumido por aqueles que experimentam sentimentos de virtude, impavidez, renúncia e sacrifício próprio, o que permite dispor de recursos internos e valores institucionais incorporados, indo ao encontro do perfil adotado pelos policiais (Fernandes, 2010).

Nesse dualismo, o autor destaca que o militar parece assumir o risco pela morte, excedendo os limites de caráter individual e dedicando sua vida à pátria. Esse risco pode adquirir função secundária, quando o apreço pelo país e a relevância de lutar por ele superam a preocupação com a finitude, mobilizando o profissional a apropriar-se da defesa da pátria por sua vontade, mesmo com a renúncia da própria vida. Fernandes (2010) ainda destaca que esses profissionais prestam o juramento de defender a pátria independente do sacrifício da própria vida, o que pode associar a morte a uma obrigação de preservar algo maior, que suplante a individualidade em defesa da humanidade.

Ademais, no contexto militar, a morte pode ser vivenciada de várias formas como a de civis, criminosos - pessoas em conflito com a lei -, parceiros de farda e, também, a possibilidade da própria morte em ações cotidianas (Costa & Estevam, 2014; Fernandes, 2010; Oliveira & Santos, 2010). Fernandes realizou, em 2010, um estudo quantitativo, de caráter descritivo e exploratório, com 116 sargentos da Guarda Nacional Republicana, em Portugal, a fim de avaliar as representações sociais da morte dentro de um contexto militar e os fatores que condicionam tais representações, bem como a ansiedade face à morte. Suas considerações sugerem que a morte é vista como parte da vida e tarefa vivenciada no processo de trabalho, sendo entendida a partir de uma visão religiosa. Observou, também, um pseudossentimento de indiferença perante a morte e um entendimento de que esta é uma situação da vida em que o ser humano tem poder limitado, havendo receio da dor que pode emergir nesse momento (Fernandes, 2010).

No Rio Grande do Sul, em 2012, Müller desenvolveu uma pesquisa qualitativa junto a 22 PMs do Pelotão de Operações Especiais (POE), buscando conhecer e analisar as possíveis vivências de prazer experienciadas por esses profissionais, através do conhecimento da história e estrutura organizacional, junto as condições de trabalho, processos de construção de identidade, estratégias defensivas e dinâmicas dos processos de sofrimentos e possibilidades de prazer. Os resultados apontaram que a morte se configura como parte do processo de trabalho, podendo levar os policiais a um sofrimento pelo contato com o risco constante encontrá-la, em uma polícia que tem um caráter especial de treinamento para o enfrentamento das adversidades, havendo também referência ao medo da morte.

Derenusson e Jablonski (2010), revelam que o cotidiano do PM é atravessado por situações que envolvem desvios e agressões de diversos tipos. Esse contato viabiliza uma espécie de desvelamento do olhar humano do policial em relação ao próximo, mobilizando atitudes de suspeita e insensibilidade. Assim, a visão da morte é influenciada pelo modo como ela é apresentada e divulgada em um contexto social, além de como é vivenciada em um contexto individual. No que tange ao social, os meios de comunicação de massa parecem atuar junto a um processo de banalização da morte violenta ou escancarada, atualmente (Porto, 2009). Para Kovács (2005), são consideradas mortes escancaradas o assassinato, o suicídio e os acidentes, destacando as mortes coletivas, anônimas e com corpos mutilados, o que dificulta o processo de despedida. A autora afirma que a morte escancarada invade a vida das pessoas de modo violento e inesperado, inundando domicílios através dos noticiários, novelas e/ou filmes, mobilizando situações de vulnerabilidade, falta de proteção e/ou cuidado. Além disso, a apresentação desse material de forma abrupta, sem preparo antecedente e sem espaço para defesas, tem aumentando de maneira significativa (Kovács, 2008).

Nesse contexto de extrema divulgação e também do abrupto interesse das pessoas em buscar proximidade diante dos cenários e dos corpos cadavéricos, a instituição militar impõe uma postura firme no atendimento às ocorrências, principalmente as que envolvem óbito, entendendo a especificidade do trabalho na busca de esclarecimentos e também orientação aos familiares, não se deixando mobilizar pelo ocorrido (Vivian *et al.*, 2013). Pode-se dizer que o trabalho policial pressupõe a percepção dos riscos reais de morte, relativos a si e ao outro.

Entretanto, Oliveira e Santos (2010) referem que, no ambiente profissional, a presença de recursos psicológicos dos PMs para atuar nos mais diversos cenários, parece algo ignorado, uma vez que não se permite que mostrem fraqueza: precisam esquecer sua identidade e assumir integralmente a identificação da farda e do que ela representa. Costa e Estevam (2014) complementam afirmando que o policial tende a abdicar de sua vida pessoal, minimizando a expressão de sentimentos ou emoções em prol da atuação profissional, postura que por vezes é vista como violenta, inflexível ou mesmo insensível, diante de situações que causam comoção à população em geral.

Esse contexto observado no cotidiano e presente na cultura e nos modelos de formação policial no Brasil, pode ser entendido, até certo ponto, como uma expressão da violência que, enquanto representação social, fundamenta e guia as relações sociais (Fernandes, 2010). Dessa forma, como plano de fundo para fundamentar as discussões deste estudo, optou-se pelo aporte da teoria das Representações Sociais, compreendidas enquanto modos de

conhecimento socialmente elaborados e compartilhados, com uma visão prática e que se mostram fundamentais à construção de uma realidade comum para um grupo de pessoas.

Desse modo, norteiam a ação dos indivíduos a partir de experiências, vivências e relações cotidianas que influem na atitude e no contato com o outro, sendo produtos de inúmeras fontes de conhecimento que determinam o desenvolvimento e o conteúdo da construção (Jovchelovitch, 2008). As Representações Sociais podem estar no cerne de comunidades inteiras ou integrar apenas alguns subgrupos de uma comunidade, como os grupamentos militares em questão. E através delas, grupos podem estabelecer identidades e se diferenciar entre si, constituindo um objetivo voltado à construção do entendimento do mundo social e viabilizando a comunicação entre grupos que compartilham as mesmas representações sociais (Jodelet, 2001).

Neste panorama, sua constituição tem caráter público, pois se relaciona ao contexto e se associa às condições sociais políticas e históricas que as configuram (Jovchelovitch, 2008). Além disso, a autora aponta que as representações sociais não podem ser consideradas algo estático, uma vez que as relações e as vivências se transformam ao longo do tempo, influenciando o conhecimento adquirido, o que permite pensá-las como sistemas construídos.

Tal afirmação é pertinente ao se considerar o estudo das representações sociais da morte no contexto militar, uma vez que abrangem a reflexão sobre a dimensão de conhecimentos comuns que se transformam ao longo dos tempos. A morte pela sua trajetória histórica de mudança de significado e modos de enfrentamento ao logo das diferentes culturas, e o PM, enquanto figura que remete à proteção da vida, ao mesmo tempo em que pode envolver-se em situações que levem à morte sua ou de outrem. Desse modo, a compreensão do fenômeno viabiliza adaptá-las a um cenário espaço-temporal na sociedade explorada (Fernandes, 2010). Jodelet (2001) ressalta que seu estudo integra elementos afetivos, mentais e sociais, incluindo as relações que afetam as representações e a realidade sob a qual elas atuam.

Por outro lado, sabe-se que as Representações Sociais recebem críticas no que concerne a ser uma teoria formulada a partir de saberes populares e também do senso comum, com objetivo de edificar e elucidar a realidade (Oliveira & Werba, 2003). Desse modo, não teriam teor científico que permita verificação das hipóteses. Isso corrobora com o exposto por Soares (2007), onde a maior crítica à teoria seria em relação ao risco de, a partir de uma visão abrangente do ser humano social, tornar o seu saber científico pouco delimitado, favorecendo uma aplicação discursiva, porém pouco consistente de fundamentação.

Como alternativa às críticas, pode-se buscar delimitar, da melhor forma possível, a aplicação desta teoria ao tema proposto, circunscrevendo o objeto de estudo, diante dos fenômenos sociais existentes (Soares, 2007). Outro detalhe importante é o fato das Representações Sociais serem dinâmicas, produzindo interações e modificações entre as pessoas e o meio, o que dificulta uma conceituação mais definitiva sobre esta teoria (Oliveira & Werba, 2003).

Todavia, entre as principais características do emprego das Representações Sociais em estudos científicos, está a capacidade de desvelar fenômenos existentes através de uma realidade que por vezes não é percebida, fato importante quando se aborda um profissional que tem a figura conhecida pela sociedade, porém seu cotidiano, no que concerne a ocorrência da morte, pouco explorado. O objetivo principal das Representações Sociais liga-se diretamente a harmonia interna de cada um, é tornar algo estranho – que possivelmente seria afastado, repellido – familiar, aproximando-o. Para tal, isto é, a formação das representações, utiliza dois processos básicos: a ancoragem e a objetivação, explicados a seguir por Oliveira e Werba (2003).

O primeiro se desenvolve no momento em que se busca catalogar e identificar o estranho, diminuindo seu caráter hostil e, na maioria das vezes fazendo uso do juízo de valor, com base em categorias internas preestabelecidas. A função da ancoragem é trazer algo que se considera estranho ou perturbador ao caráter de comum ou familiar. Este processo auxilia a compreender fenômenos da vida cotidiana. Já, o segundo procedimento, diz respeito ao movimento de tornar real, visível, isto é, unir a concepção estabelecida anteriormente a uma imagem, o que adquire status de exemplar da realidade. Desse modo a objetivação busca criar a realidade em si, concreta (Oliveira & Werba, 2003).

As autoras apontam outra característica relevante que é a previsão da possibilidade de achados conflitantes ou contraditórios, visualizando essa, enquanto oportunidade de enriquecimento ao entendimento do fenômeno em questão. Além disso, tem como forte instrumento de desenvolvimento a técnica dos Grupos Focais, que se enquadram bem diante do interesse em se aproximar da compreensão que os participantes possuem frente ao ponto de interesse do investigador.

Com base no exposto, buscou-se oferecer um olhar atento e direcionado aos militares que desenvolvem um trabalho específico, voltado à segurança pública. Trabalho pautado no contato direto à população, por vezes, em meio a multidões e vivenciando situações de risco que exigem, principalmente, equilíbrio psíquico, concentração e foco. A pergunta que guiou os desdobramentos deste estudo foi: Quais os significados atribuídos pelos Policiais Militares

às ocorrências de morte em seu cotidiano? Assim, além da expansão do conhecimento acerca das experiências de trabalho do profissional militar, o estudo objetiva conhecer as representações sociais destes profissionais no que concerne à temática da morte, a partir da elucidação da forma como se deparam com ela em seu cotidiano.

Como objetivo específico, entender se os participantes sentem-se preparados para atuar diante da morte e se há estratégias para lidar com possíveis sentimentos que este contato pode mobilizar. Imergir no ambiente militar buscando verificar os recursos internos utilizados na compreensão e no enfrentamento das adversidades do dia a dia laboral frente à morte, reflete a necessidade de compreensão sobre os sentidos que norteiam o atendimento às ocorrências, a fim de viabilizar recursos que promovam mais conhecimento e reflexão sobre as relações entre a morte e o trabalho do Policial Militar.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção pretende apresentar o método utilizado no desenvolvimento do estudo, permitindo a compreensão do trabalho realizado, isto é do caminho percorrido ao encontro dos objetivos propostos – sendo o geral, conhecer as representações sociais dos PMs em relação à presença da morte no cotidiano de trabalho, e os específicos, investigar se sentem-se preparados para atuar nas ocorrências que envolvem óbitos e também as estratégias utilizadas para lidar com os sentimentos que este contato pode mobilizar – buscando imergir nos significados a partir da fala dos participantes. Ademais, apresenta-se a Instituição participante - Brigada militar – destacando-se as duas unidades selecionadas para integrar o estudo, expondo-se também os critérios de seleção utilizados. Constam os instrumentos adotados, os aspectos éticos e o modo de tratamento e organização das informações coletadas.

DESENHO DO ESTUDO

O momento de escolha do método é de extrema importância na pesquisa, pois torna coerente a abordagem do real a partir dos questionamentos do pesquisador. Dentre as ferramentas disponíveis e considerando a pergunta de pesquisa - Quais os significados atribuídos pelos Policiais Militares às ocorrências de morte em seu cotidiano? -, optou-se pela

abordagem qualitativa, como forma de avançar no conhecimento do assunto pesquisado. Minayo (2014) aponta que essa abordagem permite ao pesquisador buscar a compreensão dos fenômenos a partir da perspectiva dos participantes, investigando os sentidos e interações do mundo social, uma vez que a vida cotidiana é provida de significados e estruturas que permitem aos grupos sociais viver, pensar e agir em determinado contexto. Esses significados, segundo a autora, são eleitos através de construções mentais, isto é representações sociais.

Para Fontanella, Ricas e Turato (2008), a abordagem qualitativa viabiliza entender e interpretar sentidos e significações referentes a um determinado fenômeno, permitindo compreender ligações entre os componentes que não são visíveis ao olhar cotidiano. Desse modo, os autores apontam a compreensão do processo pesquisado a partir do modo como os participantes se revelam. Minayo (2012, p.63) destaca a compreensão como elemento essencial à pesquisa qualitativa. Segundo ela:

O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere.

A autora acrescenta que, o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa envolve o mundo de sentidos, reflexões, atitudes e princípios que não podem ser quantificados. Com isso, tem cerne no sutil entendimento e na elucidação das relações sociais, adequando-se melhor ao estudo que envolve grupos ou subgrupos definidos e também as Representações Sociais, que se constituem enquanto saber compartilhado produzido pelas interações sociais e que atuam mediando comportamentos (Minayo, 2014).

Tais considerações levam a um ponto de atenção importante, uma vez que a pesquisa qualitativa se mostra dinâmica, adaptando-se e se reinventando conforme indagações e entraves que possam surgir ao longo de seu desenvolvimento. A busca pela identificação dos múltiplos sentidos atribuídos pelos sujeitos, no meio investigado, deve traduzir a preocupação maior com o bem estar do participante, preservando os princípios éticos frente às mudanças necessárias (Fontanella *et al.*, 2008). Ainda acrescentam que o encontro aos sentidos

imbricados nos discursos coletados, precisa considerar o que é trazido pelo *setting* em que se produzem as vivências dos participantes.

No que tange a aplicabilidade dessa abordagem no âmbito da saúde, os autores destacam a relação que emerge das ciências humanas, direcionando-se ao entendimento do significado do fenômeno em caráter individual ou coletivo na vida dos sujeitos. Entendem ainda que esse, desempenha papel estruturante na vida de cada pessoa, à medida em que se organizam baseadas nesses significados atribuídos, incluindo os cuidados com a própria saúde (Fontanella *et al.*, 2008).

Assim, atrelando as Representações Sociais às pesquisas em saúde, percebe-se que as primeiras mostram-se um instrumento para análise dos aspectos sociais, e sua associação retrata a realidade que envolve os processos de saúde e doença no âmbito grupal. Mostram-se de fato, eficientes em buscar a compreensão da relação cotidiano/sociedade, bem como a valorização da participação do sujeito na reelaboração de significados para os fenômenos da vida cotidiana (Minayo, 2007).

O interesse pelo significado dos fenômenos se deve ao fato desses ocuparem função estruturante nos seres humanos, e conseqüentemente serem compartilhados socialmente. A partir disso, os *settings* da saúde em geral, beneficiam-se do conhecimento dos sentidos de eventos ligados ao processo de saúde e doença, a fim de favorecer as relações entre as pessoas, estimular cuidados individuais e coletivos, compreender como pensam os sujeitos que necessitam de cuidados e também os cuidadores (Turato, 2005).

Nesse estudo são abordados fenômenos ligados a vida e a morte, a partir da visão de cidadãos que edificam a própria história diariamente, encontrando-se com anseios e inquietações nas relações com seus semelhantes. A escolha do método qualitativo reflete a busca por captar aspectos subjetivos, que integram a pergunta de pesquisa, voltada a investigação do modo como a morte é vista e significada pelos militares de carreira, integrantes da Brigada Militar, a partir dos significados construídos diante das experiências frente ao tema.

Dados os motivos expostos, não há interesse em mensurar comportamentos ou eventos seja individual ou coletivamente, sendo importante mergulhar nas vivências e representações de cada um frente às experiências de vida, investigando relações entre processos de saúde e adoecimento. Evidencia-se assim, a relevância de retratar o caminho transcorrido, evidenciando a busca pelo entendimento dos sentidos de cada passo em direção aos objetivos propostos (Turato, 2005).

A coleta de dados integrou inicialmente o preenchimento de uma Ficha de Dados

Pessoais, elaborada pela pesquisadora, com informações sobre a data de nascimento, escolaridade, estado civil, tempo de residência na cidade em que foi realizado o estudo, tempo de trabalho na Instituição e graduação, isto é, posto ocupado na instituição. Assim, foi possível traçar um perfil do público participante – conforme apresentado no início da seção de resultados - mantendo o sigilo necessário. Desse modo, no início do primeiro encontro com cada grupo, após a entrega e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, distribuiu-se uma folha com tais questões.

Para dar voz aos participantes, privilegiou-se as narrativas das experiências pessoais e profissionais, utilizando-se para tal, a técnica de Grupo Focal, que se empenha em identificar pensamentos e emoções dos participantes sobre determinada temática (Minayo, 2014). Esse instrumento tem elementos semelhantes a uma entrevista em grupo, tendo como ponto de partida eixos norteadores que orientam a discussão, entretanto, adota como parte de seu método, a interação entre os participantes, viabilizando ampla discussão sobre o tema escolhido, neste caso, as vivências em torno da morte (Minayo, 2007; Silva & Assis, 2010).

Foram escolhidos como disparadores os seguintes eixos: como enfrentam as ocorrências com óbitos; sentem-se preparados para atuar diante das situações que envolvem a morte; há relação entre o trabalho que desenvolvem e sua postura no convívio familiar; comentem as experiências no atendimento às ocorrências que envolveram óbitos; relatem uma experiência que acreditam ter sido marcante em sua atuação profissional e, sua percepção acerca da morte modificou-se após ter vivenciado situações que envolveram óbitos. Entendeu-se que, esses mobilizaram a expressão dos participantes diante da temática da morte no trabalho.

Minayo (2014) revela que o Grupo Focal integra uma categoria de pesquisa aberta ou não estruturada, que pretende agregar as respostas do participante em seu próprio contexto. Essa técnica discute e avalia o tema proposto, mostrando-se flexível e dinâmica na aplicação a homogêneos e delimitados grupos. É organizada a partir de um roteiro que inclui questões gerais e específicas, sob a orientação de um moderador que mobilize a expressão individual e coletiva. Neste sentido, a autora ressalta que tem como principal característica a formação de opinião e atitude mediante a vivência em grupo.

Trad (2009) assinala como objetivo prevalente dessa técnica, a produção de conhecimento sobre um tema distinto, realizada a partir do contato e do diálogo entre os participantes. As regras para seleção e integração ao grupo, apontadas por Silva e Assis (2010) ressaltam a importância da clareza dos critérios de inclusão, considerando semelhança entre os participantes, vivência em relação ao tema a ser discutido - permitindo ampla troca de

informações - e também a composição entre 6 e 12 participantes. O tempo de duração de cada encontro deve ser entre 90 a 110 minutos, evitando a fadiga entre os participantes, e, embora não se trate de uma amostra quantificável, é proposto o critério de saturação das informações a fim de delimitar o número de encontros (Trad, 2009).

Cabe acrescentar que o Grupo Focal, tem sido mais utilizado no âmbito das abordagens qualitativas, talvez porque os participantes sintam maior liberdade de expressão, favorecida pelo ambiente e pelas características do método, o que mobiliza uma participação efetiva. Assim, adquire grande importância para tratar questões relacionadas a saúde, prestando-se ao estudo de representações e relações de diversos grupos profissionais, processos de trabalho e também da população em geral (Minayo, 2014).

Durante o processo de recorte empírico elaborado nos grupos, utilizou-se como recurso de auxílio a gravação de áudio e a presença de um observador – acadêmica do oitavo semestre do curso de Psicologia da UFSM - respeitando o rigor metodológico. A pesquisadora atuou como moderadora, realizando encaminhamentos e direcionamentos necessários, incentivando a participação dos componentes e abrindo caminho à revelação de aspectos e olhares pertinentes ao tema. A observadora acompanhou todo o processo, facilitando o andamento do percurso programado, através de observações e anotações frente ao exposto, movimento importante para a organização dos resultados.

O estudo contemplou um total de quatro encontros, entre as duas unidades, organizados a partir do número de componentes disponíveis, necessidade de encontros para elucidação das expressões individuais e grupais, e principalmente as regras de cada local, tendo se organizado os encontros a partir de reuniões com os comandantes. Uma unidade foi dividida em dois grupos, de 11 e 07 participantes, observando o número de pessoas compatível com a técnica e a disponibilidade de turnos em comum dos participantes. Na outra unidade, foi possível reunir todos os participantes um grupo de 08, observando os mesmos critérios; porém, com a realização de dois encontros, a fim de contemplar a proposta de acolhimento da demanda e recolhimento dos dados necessários ao desenvolvimento do estudo.

O contato para organizar a coleta foi realizado com os tenentes responsáveis diretos pelos pelotões. Destaca-se que em uma das unidades, todos os integrantes aceitaram participar do estudo, enquanto na outra foram dispensados da participação pelo comando, alguns PMs que estavam em férias ou afastados do serviço. Todas as pessoas encaminhadas pelo comando à reunião com a pesquisadora e o observador concordaram em contribuir para o estudo.

A realização da coleta de informações através dos encontros de grupo focal iniciou com um atraso de cerca de três meses, tendo em vista os trâmites internos a cada unidade, após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da universidade com a qual a pesquisadora mantém vínculo. Ademais, no período combinado para os encontros, uma paralisação dos servidores estaduais, devido ao parcelamento de salários estipulado pelo governador, naquele e, em vários outros municípios, cessou as atividades de policiamento ostensivo. Os militares foram impedidos de sair do quartel no horário de trabalho, bem como o acesso de outras pessoas ao quartel, o que atrasou o início da coleta. À vista disso, o número de encontros foi decidido pela pesquisadora, na medida em que foram percebidas informações suficientes para trabalhar os objetivos propostos. A seguir apresentam-se, de modo sucinto, os atores que participaram desta construção.

BRIGADA MILITAR: A GRANDEZA DESTA FORÇA RESIDE NAS PEQUENAS AÇÕES DE TODOS OS DIAS

A frase título reflete o trabalho de uma instituição fundada a 179 anos e comprometida com a preservação e o restabelecimento da segurança e do bem-estar da sociedade. Informações como essa e as demais desta seção, são encontradas no site oficial da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (vide referências). Lá tem-se acesso, ao regimento interno, que prevê como competências executar a polícia ostensiva e atuar preventiva e/ou repressivamente em casos de perturbação da ordem pública. Para tal, desmembra-se em unidades especializadas no policiamento ostensivo, rodoviário, ambiental, aéreo, operações especiais, atendimento a turistas, áreas de fronteiras e bombeiros, alicerçadas em uma hierarquia de poder, com comandos bem definidos.

Müller (2012) aponta que, o processo de formação dos brigadianos é peculiar, à medida que, desde o ingresso por concurso público, são encaminhados a um curso que lhes apresenta um número significativo de regras, além da mudança na aparência, no modo de falar, junto a novos valores e ritos. Para a autora, tais características mobilizam uma fusão da pessoa com a corporação, sobrepondo interesses coletivos aos individuais e tornando a proteção à sociedade e a manutenção da segurança seus princípios de vida, extrapolando os objetivos do trabalho. Talvez por esse motivo muitos policiais afirmem que a farda é sua segunda pele.

Além disso, as regras de convivência e ideais permeiam as relações de trabalho e também as relações interpessoais. Quando do ingresso polícia militar, é necessário que

incorporem os valores recomendados pelo regulamento institucional. A padronização das condutas e dos comportamentos, bem como do fardamento mobiliza uma dificuldade na expressão de sentimentos, que se configuram de modo individual e singular (Müller, 2012). Desse modo, Derenusson e Jablonski (2010) apontam que, considerando a natureza de suas atividades, incorre ao PM o risco a sua integridade, o desejo de resolução dos problemas e o julgamento da sociedade.

A escolha da pesquisadora considerou como foco dar voz a indivíduos que se deparam com a possibilidade da morte no exercício diário da profissão, e que não possuem atuação exclusiva na área da saúde. Com vistas a essa especificidade, e por tratar-se de um estudo voltado a grupos, decidiu-se priorizar as unidades que atuassem no policiamento ostensivo – mais suscetíveis ao atendimento de ocorrências desse tipo - e que demonstrassem condições de participar dos encontros para a coleta de informações, isto é, atendessem aos critérios de inclusão, tendo, principalmente, vivências em relação à presença da morte no ambiente de trabalho.

Buscando conhecer o trabalho e as unidades disponíveis na cidade onde realizou-se o estudo, foram convidados a Polícia Rodoviária Estadual, representada pela subunidade - 3ª Companhia Rodoviária (3ª Cia Rv) - 1º Pelotão Rv - e o 1º Regimento de Polícia Montada (1ºRPMon), representado pelo Pelotão de Operações Especiais (POE), ambos apresentados de modo sucinto a seguir.

3ª COMPANHIA RODOVIÁRIA (3ª CIA RV) - 1º PELOTÃO RV

Contar a história dessa Companhia requer uma pesquisa detalhada. Porém, as informações a seguir foram prestadas por quem participou, e escreve a cada dia sua parte desta história. O personagem em questão é o 1º Tenente QTPM José Orion Ponsi da Silveira, que auxiliou a descrição das linhas a seguir.

O primeiro destacamento de Polícia Rodoviária Estadual, foi instalado na cidade da pesquisa em 1956 e pertencia ao DAER. Com o Decreto nº 667/67, a Polícia Rodoviária do DAER incorporou-se à Brigada Militar. E em 2015, após anos de história consolidando o trabalho deste grupamento na cidade e região, foi publicado no Boletim Geral nº 073 de 20 de abril de 2015, que devido a reestruturação do Comando Rodoviário da BM, esta Companhia recebeu nova denominação, sendo chamada de 3ª Companhia Rodoviária (3ª Cia Rv) e neste momento sob o comando do Capitão QOEM Robinson Marcos Garcia.

Atualmente a 3ª Cia Rv está estruturada em 3 pelotões, sob o comando do 1º Tenente QTPM José Orion Ponsi da Silveira, e uma desses, o 1º Pelotão Rv foi escolhido para participar do estudo em questão. Esse grupamento atende 18 municípios com 400 quilômetros de rodovia, em geral cada município é atendido no mínimo uma vez por semana.

A atuação da equipe é pautada em instrumentos normativos que regulam desde aspectos concretos como a cor dos coturnos e a forma de preenchimento dos documentos utilizados, até o comportamento interno e externo mais adequando ao trato com as pessoas, incluindo também o uso da arma.

Sua principal atividade é a manutenção e a garantia da segurança rodoviária, de modo que cada pessoa transite nas rodovias estaduais com o máximo de segurança e volte para casa todos os dias. O trabalho é organizado a partir de escalas de serviço, sendo que cada servidor cumpre 40 horas semanais, em escalas de 6 horas de trabalho com 18 horas de folga ou 12 horas de trabalho com 36 horas de folga.

A execução das ações compõe cronogramas próprios, que em geral determinam o que, onde e por que será feito, incluindo operações de radar, etilômetros, controle e coibição de ultrapassagens e outras infrações e operações de fiscalização de trânsito em todos os seus modais. Para tal, são compostas guarnições que atuarão ao longo do dia e que mantêm a mesma equipe, revezando funções, entre motoristas, patrulheiros e plantões.

A qualificação da atuação é realizada em um ciclo de treinamento anual, além de cursos e reuniões para aprimoramento do trabalho da equipe ao longo do ano. Em relação aos afastamentos, no período da pesquisa, houve uma média de 15, em geral não maiores que 15 dias e nos últimos 2 anos 4 servidores se aposentaram, sendo 8 repostos no quadro, o que confirma que, nesse grupo não há déficit de servidores.

No que tange às vivências com óbitos no trabalho, os integrantes do 1º Pelotão Rv tem contato frequente com acidentes que envolvem mortes, sendo que, por vezes, os envolvidos morrem no momento do acidente ou, quando ainda são encontrados com vida, vem a falecer ao longo do atendimento, sendo necessário prosseguir ao registro da ocorrência. Infelizmente, há um significativo número de acidentes envolvendo mortes na região em questão, tornando o contato com a mesma cada vez mais presente no cotidiano de trabalho desses profissionais.

1º REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA (1º RPMON) - PELOTÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS (POE)

Esta seção foi construída a partir da contribuição do 1º Tenente QTPM Rodrigo Fontoura de Oliveira, comandante do POE durante o período da pesquisa. Os relatos do tenente permitiram descrever, de forma breve, a história continuamente construída dentro da Brigada Militar.

O 1º Regimento de Polícia Montada foi criado em 10 de novembro de 1892, através do Ato nº 382, denominado “1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul”, sob o comando do tenente-coronel Fabrício Baptista de Oliveira Pillar. Em 1955, foi alcunhado “Regimento de Polícia Rural Montada”, modificando sua organização e assumindo a responsabilidade sobre o policiamento do interior do Rio Grande do Sul, principalmente, no âmbito rural. A partir de 1970, incorpora a atividade de policiamento ostensivo e, em 1974, sua denominação passa ser “1º Regimento de Polícia Montada – Regimento Coronel Pillar” (1º RPMon).

Atualmente, direciona ações no desenvolvimento do policiamento ostensivo a fim de garantir a manutenção da ordem e da tranquilidade públicas, bem como a integridade dos cidadãos e do patrimônio dos municípios da área de ação do Regimento. Assim, vivenciam, em sua prática, a possibilidade de agir em casos diversos e enfrentar a possibilidade de encontro com a morte em brigas, assaltos, perseguições a suspeitos, violência doméstica, comércio de drogas, manifestações da população, entre outros, em atividades, muitas vezes, não planejadas.

Dentro do 1º RPMon foram selecionados para a participação neste estudo, os PMs que integram o POE, Pelotão criado em 01 de Julho de 2010, na época com efetivo de vinte e cinco policiais, atualmente com vinte e três, contemplando ainda um número suficiente de profissionais. Seu regime de trabalho é de 12 horas de serviço por 36 de folga, e eles atuam em guarnições formadas apenas pelos PMs do grupo, normalmente 4 em cada viatura.

As atividades desenvolvidas por esse grupo estão ligadas a execução do policiamento na área central do estado, realizando tanto operações quanto serviço rotineiro, em todos os municípios de responsabilidade do 1º RPMon. Destaca-se que, na cidade onde realizou-se o estudo e também onde o POE é sediado, os PMs atendem com frequência ocorrências que envolvem óbitos como suicídios e homicídios, havendo um maior envolvimento com as operações das quais participam, tendo em vista a complexidade das tarefas realizadas.

PARTICIPANTES

A seleção foi organizada de forma intencional, privilegiando-se pessoas que integram em sua vida, vivências pertinentes ao foco da temática em questão (Turato, 2005). Foram considerados aptos a integrar o estudo, Policiais Militares que possuíam vivência em, pelo menos, duas ocorrências envolvendo óbitos no período de janeiro de 2014 a janeiro de 2015. Ademais, deveriam residir na cidade no período de coleta de informações. Dessa forma, aqueles que não se enquadraram nesses critérios foram excluídos, assim como aqueles que tiveram qualquer impedimento e não puderam participar dos encontros para a coleta na época.

Para realizar a seleção, a pesquisadora esteve nas sedes das duas unidades, conversando com os comandantes responsáveis e apresentando o estudo, de modo a pensar a divisão dos grupos a partir do efetivo apto a participar. A unidade com maior efetivo foi dividida em dois grupos, de 11 e 07 participantes, considerando os preceitos de realização do Grupo Focal e também a disponibilidade de liberação e turnos em comum dos participantes. A outra unidade, contou com um grupo de 08 participantes, observando-se os mesmos critérios. Todos os integrantes das unidades foram solícitos em contribuir com o desenvolvimento do trabalho, estando fora apenas os que estavam em férias no momento da coleta ou em processo de aposentadoria e já afastados do trabalho.

Sobre o número de encontros, o objetivo era desenvolver o instrumento proposto, acolhendo da melhor forma a demanda trazida pelos participantes e estimulando a discussão dos conteúdos que emergissem. Por este motivo, inicialmente não foi combinado um número fechado de encontros. Os tenentes informaram os melhores dias e horários para a realização dos grupos, embora tenha sido enfatizado que as combinações poderiam sofrer alterações de acordo com demandas de trabalho das unidades, o que realmente ocorreu.

COLETA DE INFORMAÇÕES

Desde o primeiro momento, ambos os comandos acolheram a possibilidade do estudo, auxiliando e encaminhando aos trâmites necessários à realização desse. Após aprovação e aceite, a pesquisa foi encaminhada à Plataforma Brasil e, na sequência, ao Comitê de Ética da universidade (Anexo A) com a qual a pesquisadora mantém vínculo. Com a devida apreciação e aprovação dos locais ocorreram as tratativas sobre a coleta das informações.

Os participantes foram liberados durante o expediente de trabalho, sendo compreendida, pelos comandos, a importância do momento em questão para cada unidade. Segundo informações, não houve prejuízo ao trabalho de policiamento na cidade, pois os encontros foram realizados em períodos destinados à instrução, isto é, a qualificação do grupo.

Assim, os PMs do 1º Pelotão Rv foram recebidos na sala 3304 do prédio 74B, da universidade a que a pesquisadora está vinculada, em um ambiente organizado para tal. Já os encontros com PMs do POE, ocorreram em sala do próprio Pelotão, dentro do 1ºRPMon, contrariando a proposta de coleta em local externo ao ambiente institucional, produzindo um *setting* de pesquisa que possibilitasse a elaboração de um discurso perpassado pela instituição, e não tomado por ela. A mudança no planejamento se deu por questões corporativas internas da PM, as quais resultaram em determinação do próprio comando para realização da coleta dentro do ambiente institucional.

No primeiro encontro, após os sujeitos escolherem seus lugares de forma aleatória, a pesquisadora e a observadora deram boas vindas e agradeceram a presença de todos. Inicialmente realizou-se uma breve explanação da pesquisa, evidenciando objetivos, aspectos éticos e disponibilizando espaço para questionamentos. Além disso, comentou-se sobre a técnica do Grupo Focal, a utilização do gravador, e a dinâmica do trabalho (importância de todos participarem, falarem um de cada vez, evitarem as conversas paralelas, etc.).

Foram destacadas de forma clara e detalhada, as informações sobre a participação em pesquisas, a coleta de informações por meio da gravação da voz, a transcrição das falas e a posterior publicação do conteúdo, frisando a disponibilidade de avaliação e acompanhamento psicológico caso necessário, bem como a possibilidade de desistência em participar da pesquisa a qualquer momento, sendo de livre escolha, sem qualquer prejuízo. Após, foi disponibilizado para leitura e assinatura, em duas vias, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A) e cada participante recebeu uma cópia. Além disso, disponibilizou-se papel e caneta para que, aqueles que tivessem interesse, incluíssem seu e-mail, que seria utilizado para o envio de cópia do projeto de pesquisa e para que eles enviassem as dúvidas, caso as tivessem.

Na sequência, procedeu-se a apresentação dos participantes, os quais foram estimulados a falar. No intuito de abrir a discussão, lembravam o número de ocorrências envolvendo óbitos que já haviam atendido. Cada participante apresentou-se a seu modo: alguns com o nome completo, outros com o primeiro nome, e outros com a designação utilizada pela corporação: graduação seguida do sobrenome, sendo que, no momento da

transcrição dos áudios, cada um recebeu um número de identificação (ex.: participante 01,02, 03...) a fim de preservar sua identidade. Após, as falas discorreram a partir da introdução dos eixos norteadores (Apêndice B) que orientaram o percurso da discussão.

Em vários momentos os participantes foram estimulados a incluir seu ponto de vista sobre o assunto em pauta. Entretanto, em alguns instantes houve silêncio ou respostas monossilábicas de concordância com os demais, atitude que foi respeitada, entendendo-se que cada um tem o direito de escolher a melhor forma de se manifestar, e também, que o assunto em pauta poderia ser bastante mobilizador. Além disso, movimentos de autonomia nem sempre são aceitos dentro da instituição militar, onde normas e regras rígidas determinam a atitude mais adequada e consequentemente adotada por todos.

No total, integraram esse estudo 26 Policiais Militares, organizados em 3 grupos compostos por 11, 08 e 07 participantes respectivamente, observando o contingente indicado pelo instrumento e a disponibilidade de participação de cada unidade. No 1º Pelotão Rv, 8 PMs participaram de dois encontros, sendo que no segundo momento 6 compareceram - um havia entrado em férias, outro em folga - e um dos participantes compareceu despido da farda, pois foi transferido para outra cidade, mas fez questão de contribuir. No POE, 18 participantes foram divididos em dois grupos de 11 e 07 PMs, sendo realizados dois encontros, um por grupo. Assim, a coleta encerrou-se após a realização de 4 grupos, com diferença entre 10 e 25 dias na realização de cada um, momento em que se constatou informações suficientes para trabalhar os objetivos propostos e também a exploração de todos os eixos norteadores nas discussões realizadas.

PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Esse momento é de suma importância para qualquer estudo, tendo em vista, conforme aponta Minayo (2012), que as informações obtidas precisam ser organizadas e avaliadas pelo pesquisador para que adquiram sentido. Assim, optou-se pela análise de conteúdo temática, considerada, pela autora, como a melhor opção à pesquisa qualitativa no âmbito da saúde, pois busca observar os conteúdos trazidos pelos participantes a partir de um tema específico. Essa análise centra-se em desvelar núcleos de sentido que integram o processo de comunicação, porém, destaca-se que as categorias de análise serão escolhidas *a posteriori* (Minayo, 2007).

Foram utilizados eixos norteadores que privilegiaram questões relativas a presença da morte no cotidiano de trabalho. Além disso, os conteúdos que emergiram a partir desses eixos foram debatidos e avaliados pela pesquisadora e seu orientador, podendo-se excluí-los ou mantê-los na apresentação dos resultados (Minayo, 2012).

Inicialmente procedeu-se a transcrição literal dos encontros, e o arquivo foi salvo em computador de acesso exclusivo à pesquisadora. O processo de análise ocorreu em três momentos, alcunhados como pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, conforme comentados por Minayo (2014) a seguir.

A primeira etapa, denominada pré-análise, diz respeito à organização do material para o desenvolvimento da pesquisa, retomando-se, nesse momento, os objetivos, reorganizando-os diante das informações coletadas e elaborando indicadores que orientem o produto do trabalho. Assim, realizou-se a leitura flutuante de todo o material colhido, buscando impregnar-se pelo conteúdo. Após foi o momento da constituição do corpus, em que as normas de validade – exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência – foram observadas dentro do material. Seguiu-se com a formulação ou reformulação de hipóteses e objetivos, a fim de preservar a riqueza do material (Minayo, 2014).

A autora coloca como segunda etapa a exploração do material, caracterizada pela análise do texto com finalidade de alcançar seu núcleo de compreensão. Para tal, são elencadas categorias, isto é, termos ou vocábulos que compilem o conteúdo do texto. A análise encerra-se com o tratamento dos resultados obtidos, que incluirá as inferências previstas no âmbito teórico com sugestões de outras possibilidades (Minayo, 2014). Ressalta-se que as falas foram transcritas de modo “limpo”, isto é, excetuando-se vícios de linguagem e repetições desnecessárias a compreensão do fragmento e promovendo uma leitura mais clara dos excertos.

O conteúdo proveniente da análise, isto é, as falas que emergiram de modo mais significativo foram abordadas à luz da Teoria das Representações Sociais. Essa, trata diretamente da produção dos saberes sociais, abordado a construção e a transformação do conhecimento que se produz no cotidiano (Jovchelovitch, 2008). Assim, as Representações Sociais se debruçam no processo de instrumentalizar o pensamento social através de sua prática e pluralidade, permitindo entender como o sujeito - em sua relação com o mundo – edifica e denota significados às suas atitudes e experiências (Minayo, 2014).

Destaca-se que este processo é minucioso e exaustivo, colocando o pesquisador diante de uma riqueza de material que permite reflexão e também a abertura de novos questionamentos. Organizar esse processo através da leitura de todo o material, passando a

organização dos conteúdos que mais se destacaram dentro da temática pesquisada e, posteriormente, a organização do teor a ser abordado nos resultados, junto ao aporte teórico escolhido, requer muita dedicação e entrega, principalmente quando o tema escolhido integra a vida e o cotidiano dos seres humanos.

ASPECTOS ÉTICOS

Uma pesquisa com seres humanos, é oriunda da interação entre os participantes e necessita do instigador e do investigado para se realizar. Entretanto, o uso deste modelo expõe o investigador a possíveis dificuldades e intempéries durante o andamento do estudo, o que não afeta a opulência de detalhes e informações disponíveis (Guerriero, Schmidt, & Zicker, 2008).

Este estudo foi embasado pelas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos, referente à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ademais, buscou-se sustento ético na Resolução 010-2012 do Conselho Federal de Psicologia, que sistematiza a realização de pesquisas com pessoas no contexto de atuação da Psicologia.

Durante o processo de aprovação, o estudo foi encaminhado aos dois comandos da Brigada Militar que cooperaram para a realização desse. Também enviou-se à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade em que a pesquisadora é vinculada, com apreciação registrada CAAE nº 44567115.4.0000.5346. Apenas após as apreciações e liberações devidas, tanto institucionais quanto éticas, é que se procedeu o processo de coleta das informações.

Considerando que esta pesquisa possui cunho qualitativo, voltada ao conhecimento das representações sociais dos PMs, construídas a partir de sua vivência em situações que contemplam a morte no cotidiano de trabalho, entendeu-se que existem benefícios. Esses dizem respeito à viabilidade de um espaço de escuta à expressão de conteúdos particulares, ampliando os conhecimentos sobre si mesmos e sobre o grupo de trabalho. Além disso, buscou-se contribuir para o aumento das reflexões sobre o tema, nos âmbitos, acadêmico, social e militar.

Após o encerramento dos encontros e a transcrição dos áudios, as informações foram armazenadas em banco de dados de acesso privativo. Ressalta-se que o material da gravação

permanecerá arquivado em local de acesso restrito da pesquisadora e do orientador, com descarte após cinco anos.

É importante afirmar que o critério da voluntariedade foi estimulado, excluindo-se da parte da pesquisadora, qualquer tipo de coerção aos participantes e sendo detalhadas todas as informações relacionadas aos objetivos e à segurança do estudo. Ademais, informou-se sobre a possibilidade de desistência da participação no estudo em qualquer momento, sem qualquer tipo de risco ou prejuízo e comentou-se sobre os riscos mínimos existentes, considerando estes plausíveis em qualquer estudo que envolva seres humanos.

Nesse sentido, previu-se eventual mal-estar e incômodo que pudessem ser mobilizados a partir da expressão de questões relativas à morte. Assim, caso fosse necessário disponibilizar avaliação e/ou acompanhamento psicológico, a pesquisadora forneceria as orientações relevantes e o encaminhamento à clínica-escola da universidade a qual é vinculada.

Quanto ao processo de devolução, após a conclusão dos estudos, apresentação na universidade e entrega do material escrito, serão disponibilizadas reuniões com os participantes, sendo previstos momentos com os comandos e também individuais, caso necessário, para que todos os participantes possam se apropriar, questionar e refletir sobre o trabalho desenvolvido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo teve com fio condutor o conhecimento das Representações Sociais dos Policiais Militares diante da presença da morte no espaço de trabalho, buscando verificar se há o sentimento de preparo diante da ação frente à morte, e que tipo de recursos são utilizados para lidar com os sentimentos que essa pode lhes mobilizar. Assim, esta seção apresenta os resultados encontrados a partir dos grupos focais realizados e discutidos junto ao aporte teórico que ilustra a temática.

No total, participaram da pesquisa 26 Policiais Militares, conforme o quadro a seguir. Não houve distinção em relação à posição hierárquica ocupada por cada policial, no que tange à divisão dos grupos. Optou-se por não especificar individualmente as características dos participantes, a fim de preservar sigilo sobre a identidade dos mesmos. Por se tratar de uma pesquisa de abordagem qualitativa, importa enfatizar que os dados distribuídos no referido

quadro não serão submetidos à associação ou análise comparativa. Estes dados tem a função de auxiliar o leitor no raciocínio dos nexos de sentido, dispostos nas falas dos sujeitos. Diante do referencial teórico das Representações Sociais, estes nexos de sentido são discutidos prioritariamente pela ótica do grupo, sendo também justificativa, portanto, à distribuição das características do grupo de policiais e não das características individuais dos sujeitos.

| | |
|-------------------|---|
| Local de trabalho | 8 participantes do 1º Pelotão Rv e 18 participantes do POE |
| Sexo | 23 do sexo masculino e 03 do sexo feminino |
| Idade | Entre 24 e 46 anos |
| Escolaridade | 13 possuem ensino médio, 13 graduados ou em processo de graduação e 01 possui pós graduação |
| Estado civil | 05 solteiros, 18 casados, 01 separado, 01 divorciado e 01 em situação indefinida. |
| Graduação* | 03 sargentos e 23 soldados |
| Tempo de trabalho | Entre 03 e 23 anos na instituição |

* Diz respeito ao posto ocupado dentro da hierarquia da Brigada Militar.

Os demais resultados foram dispostos e agrupados em categorias, sendo que a forma de apresentação não tem relação com critério de importância. As categorias foram alinhadas ao objetivo principal, sendo dispostas nestes resultados de forma a contemplar os núcleos de sentido observados pelo pesquisador. Da análise dos dados emergiram 04 categorias, assim organizadas e nomeadas: “Efeitos na ação: o encontro cotidiano com a morte”; “Quando a morte não agride: o julgamento social”; “Cai o véu da finitude: a morte se escancara” e “A representação da morte: do impacto à reflexão”.

1. Efeitos na ação: o encontro cotidiano com a morte

A primeira categoria emerge do cerne da instituição militar, meticulosamente organizada a partir dos preceitos de ordem, disciplina e subserviência. A fala que contempla a ação no trabalho traz, em si, algo descritivo sobre as atribuições dos policiais e o modo de agir em cada situação enfrentada no cotidiano, destacando o caráter operacional da profissão. Por outro lado, desvelam-se contradições emergidas do encontro do fazer com o sentir, revelando

que o encontro com a morte não é algo desejado. As falas a seguir ilustram estas contradições e trazem a racionalização como ferramenta de defesa.

P 5: [...] um acidente em si, um acidente normal, tu faz a documentação e no curso de uma hora, parte pra outra [...] Para mim foi sempre tranquilo, mas sempre não quero atender acidente com morte, com vítimas, a gente sempre vai pra ocorrência pedindo e esperando que não seja grave, espero que eu atenda o mínimo possível de acidentes com isso.

P 20: [...] não tem muito o que fazer, normal acabar vendo o corpo ou vendo a cena do crime ou a possível morte natural, vai isolar aquele local [...]vai agir até como um psicólogo prá familiares, porque muitas vezes as pessoas querem apenas desabafar e querem ouvir alguma coisa e tu acaba tentando dar, querendo ou não, um abraço com palavras pra que a pessoa se acalme.

Os participantes P5 e P20 destacam a postura racional do profissional cobrado a agir de forma a manter a segurança do local e documentar cada encontro. Tal postura é incentivada desde o início da carreira militar, onde o procedimento correto é o resultado esperado. Assim, os militares se dedicam ao desenvolvimento incondicional das tarefas designadas e ao exercício das deliberações, independente de divergências em relação a seus valores pessoais (Costa & Estevam, 2014).

As contradições entre a postura profissional e os sentimentos envolvidos são observados, pois nem sempre é uma ação tranquila, tendo em vista a existência de um temor e relação ao encontro com a ocorrência do óbito. Destaca-se que o profissional tem seu preparo pautado na ação diária, permeada por uma rígida organização de trabalho, o que não contempla a presença de sentimentos de qualquer espécie (Fernandes, 2010).

O desejo pelo não encontro é verbalizado claramente e parece estar relacionado não apenas com o moribundo – corpo morto – mas com a necessidade de se trabalhar com questões das quais eles não estão preparados. “Querendo ou não”, precisam lidar com o sentimento das pessoas envolvidas, mesmo sem ter habilidade, muitas vezes, para lidar com o seu próprio. O encontro com a morte não é o único temor. O preparo profissional é voltado à ação, à realização correta do procedimento, e não à compreensão em si, do que vivenciam, assim, se veem impelidos a lidar com situações que extrapolam o procedimento (Fernandes,

2010; Müller, 2012). O fato de não ter um padrão de como agir nestas situações causa desconforto e afastamento, como mostram as falas de P7 e P1, a seguir.

P7: Mas resumindo, a gente não dá bola para acidente com morte, a gente chega, cumpre o papel ali, termina o que tem que terminar de documento e atira ali, e quando que a gente comenta? Quando que a gente chega comentando? [...] Já vamos olhar uma tevê se tem ali.

P1: Antes bota no whatsapp do que tu falar (os sentimentos).

Além do meio externo provocar divergência entre atitudes e sentimentos, o meio interno, ou seja, a relação do sujeito com ele mesmo pode se tornar conturbada diante do cotidiano encontro com casos de morte. As falas sugerem um mecanismo de proteção tornando natural a postura de indiferença diante da expressão dos seus sentimentos. Ao mesmo tempo em que há o relato de que não há sentimento a ser trabalhado diante do encontro com a morte, há um autoquestionamento sobre o melhor momento para verbalizar tal sentimento, tentando distanciar ao máximo esse momento, ou mesmo bani-lo.

Observa-se que há consciência de algo perturbador, mas não se encontra espaço para que esse seja externalizado. Tal mecanismo pode estar diretamente relacionado a processos de adoecimento, tanto do campo físico quanto mental, pois o ser humano possui um limite interno para suportar suas angústias. Percebe-se a manutenção da lógica institucional, que despoja o policial de características de personalidade e temperamento, agregando a transformação da identidade, por meio de elementos como a noção de obediência e a submissão à ordem (Derenusson & Jablonski, 2010).

A fala de P1 traduz um comportamento natural na sociedade ocidental, onde a morte é interdita e sua discussão torna-se um tabu, em função da consciência sobre a finitude que ela provoca. Observa-se um movimento de autoproteção que os auxilia a enfrentar os sentimentos que a morte lhes suscita, abolindo assim, qualquer comentário em relação as ocorrências do plantão. Até porque, comentários geram reflexão. Porto (2009) comenta o aumento do uso das redes sociais como meio buscado para elaboração do luto, uma vez que a sociedade atual é pautada pela informação imediata. Para os policiais não é diferente, pois o espaço virtual parece ser visto como meio de exposição do que há de subjetivo sobre a morte. Parece que o meio virtual é tido como meio de expressão importante e substitutivo da fala, que pode ser

abolida quando esse é utilizado, o que mais uma vez estimula o sufocamento da dúvida, angústia e incertezas que permeiam a temática.

Os pensamentos sobre a morte se manifestam em nível individual, onde as vivências do trabalho produzem reflexões sobre a própria finitude, mas nem sempre encontram o campo verbal. Nos momentos em grupo, principalmente no trabalho, mantém-se o silêncio e cada ocorrência se encerra após os procedimentos técnicos pertinentes, não havendo possibilidade de verbalizar o que cada experiência perante a morte os suscita. As falas destacadas a seguir remetem à necessidade de suporte fora de si mesmo. O policial procura em seu meio social uma forma de escoar as angústias do trabalho e encontra no meio familiar e na equipe de trabalho uma expectativa de conseguir lidar com as situações e os encontros indesejados com a morte.

P 8: [...] não tenho grandes problemas, nunca tive, é coisa que fica ali, e no fim a atividade policial remete tanta coisa que tu faz o documento operacional e parte pra outra, porque a tua atividade 24 horas é tão estressante que tu tá pensando lá em casa, no que tu tem pra fazer.

P 17: A ocorrência envolvendo morte para a brigada é o isolamento, preservar o local. [...] Em 5, em 10 minutos a gente tem que dar um retorno para alguém [...] todo mundo tem uma função na viatura ali, vai isolar, outro vai ter um contato com parentes, outro vai ter contato com testemunhas, é mais ou menos massificada na nossa mente.

Ainda que a expressão verbal de sentimentos não esteja facilitada, a motivação do ambiente familiar individual de cada PM, é trazida como rota de desvio para não refletir sobre o trabalho estressante. Para Oliveira e Santos (2010), por se tratar de uma atuação profissional tão perigosa, o ambiente familiar saudável e o apoio da equipe durante a jornada de trabalho, contribuem à melhoria da condição mental para realização das muitas tarefas que competem ao Policial Militar.

Sobre a urgência de resposta diante das ocorrências, que exigem agilidade, concentração e habilidade para lidar com o inesperado, sabe-se que o PM traz subjacente em suas atribuições o ônus de manter a tranquilidade, o controle e a coerência em suas atitudes, a fim de gerir a manutenção da segurança (Omena & Alves, 2007). Ademais, o trabalho em equipe, além do suporte na divisão de tarefas, parece mobilizar uma tentativa de fragmentar

dentro de cada um as angustias potentes daquele encontro. Para Müller (2012) o grupo se mostra fundamental no desenvolvimento das atividades do Policial Militar, pois é somente nesta configuração que algo é construído em seu ambiente de trabalho, o que gera uma relação direta entre a confiança dos membros e o sucesso do seu ofício, amenizando também a possibilidade de sofrimento dos PMs. Entretanto, outro fator é importante no trabalho diante da morte: a postura da sociedade observada a partir dos olhos dos PMs, apresentada na próxima categoria.

2. Quando a morte não agride: o julgamento social

A indiferença ou parcialidade no pensamento da sociedade é percebida pelos Policiais Militares como um tipo de agressão à categoria. O objetivo do PM é manter a ordem e a segurança de uma sociedade que os olha, muitas vezes, com desaprovação, mesmo no exercício da função, independente de sua postura. Essa postura social é significada pelos policiais na forma de agressão sem direito a voz.

Um julgamento consumado previamente, entendido como condenativo e sem direito de defesa, pois a comunidade não pergunta o porquê, não se permite refletir sobre as situações, dada a rapidez com que se manifesta – facilitado pelas redes sociais - apenas julga. O sentimento de desvalorização é claro nas falas referidas. Observa-se, que não ter voz, nesse contexto, não significa apenas não falar, mas também não ter a possibilidade de ser ouvido, fato que, por vezes também é vivenciado dentro do ambiente institucional. Os policiais referem, portanto, que essa desvalorização é expressa por um julgamento que os cala e não os ouve, mobilizado um preconceito por parte da população.

P 9: “... é que a sociedade, ela não entende muito o nosso serviço, ela não pergunta porque que a gente faz assim, ela sempre vai ver o lado pessoal dela... que existe pra nós a impessoalidade, para a sociedade eles querem saber a questão deles”

P 16: “... revolta a não valorização da sociedade com o nosso serviço, a gente muitas vezes debate com civis aí na rua porque indagam sobre as nossas atitudes, no tipo de ocorrência, a gente explica, muitas vezes discute, muitas vezes prende né, por vários motivos.”

A atitude ambivalente parte de uma sociedade que critica ao mesmo tempo em que cobra ações mais efetivas dos profissionais de polícia, contribui, de certo modo, para a desorganização dos sentimentos, comentada na categoria anterior. Nesta categoria, o que se destaca é o fator causal dessa desorganização: o caráter julgador desta voz coletiva. Tais julgamentos não se limitam ao fato de que os cidadãos clamam por justiça, porém não querem passar pela abordagem policial. É como se a justiça e a segurança fossem algo voltado aos bandidos e não aos cidadãos “de bem”, sustentando-se uma expectativa ilusória de que os PMs teriam a habilidade de avaliar, à distância, qual dos grupos integra cada pessoa que compõe a sociedade.

Muller (2012) refere três características esperadas perante a atuação do policial: primeiro, tem-se como expectativa uma resolutividade a despeito de qualquer impasse que seja solicitado a intervir; segundo, que enfrente os problemas independente da hora e local em que aconteçam e; por último, que triunfem em todos os procedimentos e não hesitem ao enfrentar oposição. Além disso, complementa indicando como peculiaridade o fato da polícia apresentar *know-how* para combater todas as emergências possíveis e enfrentar situações que não admitem atrasos. Talvez por esse motivo, muitas vezes esse seja o serviço mais próximo e alcançável as diferentes camadas sociais e por isso assume missões diversificadas. (Muller, 2012)

Quando o tema é a ocorrência com morte, o policial percebe que a sua morte e a morte do outro são discutidas com parcialidade, suficiente para que haja temor constante nas ações do profissional da segurança. Além de temer a própria morte, deve temer o julgamento por ter voltado com vida do enfrentamento diário com ela (Müller, 2012; Porto, 2009). Desse modo se configura uma relação ambivalente, permeada pela expectativa de reconhecimento de uma atuação rígida em prol da segurança, vista como um trabalho transposto por violência e excessos.

P 13: “... dá para analisar a mídia retratando a morte de um PM e a morte de um vagabundo. O que que eles dão mais importância? Como policial, morreu mas é normal, tá na profissão dele [...] um policial matar um vagabundo, daí eles fazem inquérito pro PM responder. Então a mídia já retrata isso, bem a diferença, tem mais importância o cara, o cidadão entre aspas, do que o próprio PM.”

As falas remetem a um sentimento de impotência e injustiça, ao serem submetidos a situações para as quais não foram preparados, mas sabem que surgirão. Lidar com o sofrimento do outro, com o temor da própria morte, com o temor de sobreviver ao risco de morte e com os julgamentos sociais trazem essa significação de sofrimento por meio da voz que julga. Ainda, como ressaltam Oliveira e Santos (2010), além desses sentimentos os policiais não encontram a possibilidade de manifestar suas emoções, seja relacionado à angústia ou frustrações. Essa realidade de mascaramento dos sentimentos podem ser um dos agravantes a saúde dos mesmos, na medida em que, ao não serem reveladas, não podem ser trabalhadas.

Sobre a profissão Fernandes (2010) lembra que o PM prestou um juramento solene público, ritual presente em instituições militares, ressaltando a importância da defesa da pátria mesmo sacrificando a própria vida. O autor entende que a morte adquire relação direta à proteção de um bem maior, uma vez que o militar abre mão da individualidade em prol da espécie. Assim, parece que tal situação é assumida pelos militares com consciência e dedicação, uma vez que, arriscar a vida em um cotidiano de perigos é mais glorioso do que dedicar-se a alguma atividade banal ou comum (Fernandes, 2010). Entretanto, há uma expectativa em relação ao reconhecimento seu árduo trabalho, o que não é observado no trabalho realizado pela mídia.

A mídia, para os policiais, retrata a voz de julgamento da sociedade. Moreira, Guizardi, Rodrigues, Gomes, Daros, de Andrade e Moraes (1999) referem que os PMs atendem aos trâmites de sua função diuturnamente, e há uma expectativa da sociedade que sigam atuando mesmo quando estão despidos da farda, mantendo sempre a ordem pública. Diante disso, destaca-se a nutrição de sentimentos de perseguição perante a imprensa, visto que, sentem-se cobrados na mesma medida que atuam seus superiores hierárquicos. Isso porquê, retratam a figura do policial dentro da dicotomia do herói ou bandido (Moreira *et al*, 1999; Silva, 2009).

Além disso, os meios de comunicação também agem como criadores das representações sociais e, assim, extrapolam os sentidos de falso ou verídico, atuando, na sociedade atual, como norteadores das normas que embasam o comportamento das pessoas (Porto, 2009). A autora complementa que a mídia divulga e também figura sobre a realidade que trata, mostrando sua versão dos fatos e, conseqüentemente, silenciando outros olhares possíveis. Além disso, hoje em dia, com a comunicação virtual por redes sociais, qualquer pessoa se dá o direito “fabricar” uma notícia e informar fatos ao mundo. Dessa forma,

acontecimentos e versões desses são submetidos a uma seleção que produz alguns fragmentos como notícia, ao mesmo tempo em que mantém outros no esquecimento.

P 9: “...não ó fulano teu filho tá ali morto mas tu vai ter ficar aí, esperar. E aí? É uma das coisas mais difíceis que tem que lidar [...] é nessa questão. Indiferente da pessoa, indiferente da situação, o mais complicado para nós, ao meu ver”

P 20: “... muitas vezes tu vai agir como um psicólogo para familiares, porque as pessoas querem apenas desabafar ouvir alguma coisa e tu acaba tentando dar, querendo ou não, um abraço com palavras pra que a pessoa se acalme”

As ações que poderiam justificar mau julgamento aos olhos da sociedade, são aqui relatadas como dilemas com quais eles têm de lidar, considerando primeiramente o fato de que precisam isolar o local e o corpo, mesmo com os apelos da família. Não só devem agir em prol da ordem social e seguindo essas regras, sem espaço ao questionamento para preservar os objetivos da instituição a qual respondem, mas também é a Polícia Militar quem assegura a hegemonia estatal, o que remonta as características culturais e estruturais de sua organização. Tantas instâncias perpassadas nessa instituição, agregadas às expectativas diante de sua atuação e o embate com diversas opiniões e necessidades, recaem sobre uma má atuação e uma imagem prejudicada diante da sociedade (Oliveira & Santos, 2010; Silva, 2006).

Ao mesmo tempo em que se sentem criticados, os PMs observam o caráter sutil do encontro com a morte, procurando disponibilizar aos envolvidos algo além do procedimento operacional. Emerge neste momento o cuidado do policial para o com o outro, algo que nem a imprensa, nem a sociedade parecem visualizar. Para Silva (2009), esses profissionais acabam por ser depositários das emoções dos envolvidos nas ocorrências com óbitos, levando-os a um contato direto com os afetos e a possibilidade da finitude, que se desvela na categoria a seguir.

3. Cai o véu da finitude: a morte se escancara

Em algum momento a morte chega aos olhos do policial. Tão comum, mas ao mesmo tempo tão angustiante e amedrontador, já que está intrínseco no fazer policial, é o risco

iminente de morte. Deparar-se com as diferentes ocorrências de óbito é colocar-se diante da ideia de que sua própria vida corre perigo em seu cotidiano laboral (Omena & Alves, 2007). O ofício do Policial Militar escancara esta que, em geral, individualmente tendemos a afastar.

P 15: “... peguei um enforcamento [...] o cara tinha uns 25 anos e deixou uma carta de despedida para a família no bolso. Essa marcou bastante [...] se desculpando com a família. Difícil.”

P 21: “... um casal jovem que se enforcou [...] levaram corda, subiram na árvore, se enforcaram, embaixo deixaram mochila com um livro do Shakespeare, um ursinho que eles chamavam de filho [...] foi bem marcante, eu sempre lembro daquela ocorrência.”

Esta categoria delineou-se a partir das diversas marcas que a presença da morte crava em algum lugar da estrutura psíquica do PM. As primeiras falas remetem aos casos de suicídio, onde os policiais percebem as consequências para as relações familiares. A difícil tarefa é lidar de forma coordenada e objetiva a uma ocorrência de natureza conturbada e abstrata. O suicídio provoca, conforme as citações acima referidas, a postura de reflexão constante e difícil. As marcas parecem se relacionar a questões familiares, as quais, possivelmente, os fizeram remeter às suas próprias relações de família.

A primeira questão levantada pelo suicídio, é o fato de que o policial não consegue desvendar as motivações da morte, como em outras ocorrências. Isso porque não há como saber claramente os motivos que levam uma pessoa a encerrar a própria vida. Há evidências de que um sofrimento inominável toma conta do ser, mobilizando esse ato como solução à dor, sem que necessariamente a pessoa tenha consciência da própria morte (Botega, 2015). Esse fato foge à compreensão do policial que lida com fatores concretos no dia a dia de trabalho.

Além disso, a morte escancarada, como denomina Kovács (1992) atinge a todos conforme suas características, isto é, de modo violento, inesperado e invasivo, inviabilizando a organização de defesas psíquicas ou mesmo de meios para a elaboração desta situação, momento em que uma nova ocorrência pode vir e provocar desamparo e marcas, conforme dito por P21. Dada a subjetividade das questões que levam uma pessoa a decidir pela própria morte, há certa dificuldade em elaborar esse tipo de ocorrência, de modo que os policiais tendem a relembrar com mais frequência essas situações. Porém, a visão da morte enquanto

um abalo diante das experiências de perda de vidas humanas, se modifica à medida que outras ocorrências são atendidas e que são produzidas reflexões sobre o fato (Vivian *et al.* 2013).

P 4: *“A primeira que peguei foi um suicídio de um colega de quartel, ele estava com problemas psicológicos, quando retornou do afastamento a primeira coisa que fizeram foi botar na escala de serviço, ele entrou de serviço, pegou o armamento, subiu no alojamento e deu um tiro na cabeça [...] ele foi meu colega de turma e nós éramos muito próximos, aquilo ali mexeu muito.”*

P 16: *“... uma das coisas que mais pesa é atender ocorrência envolvendo colega morto porque espelha nós mesmos [...] geralmente o brigadiano é morto em serviço [...] é difícil prá gente enxergar um colega morto, pesa muito, pelo menos prá mim pesa.”*

Seguindo com os casos de suicídio, percebeu-se outra significação da morte do outro. A morte que se escancara, neste momento, o faz refletir não apenas como algo distante, mas como algo de uma proximidade angustiante. O suicídio dos colegas de farda traz a angústia da morte próxima, aquela que remete ao próprio indivíduo Policial. Os detalhes anteriores à consumação do ato suicida do colega, na primeira fala, sugerem uma preocupação em esclarecer os problemas de ordem psicológica aos quais o PM está exposto, e também o modo como foi recebido, diretamente encaminhado ao serviço ostensivo – que utiliza arma -, e não a outro setor, como o administrativo, pelo menos temporariamente. Numa tentativa, talvez, de justificar o ato suicida do colega, o policial relata quase em forma de denúncia a cena que significou a dor e o sofrimento do contato vivido junto a morte.

Para Silva (2009) o fato de um policial encontrar-se em situação de intenso sofrimento psíquico trará prejuízo ao seu exercício profissional e suas condições de investir em defesas psíquicas, podem ficar abaladas, mobilizando desorganização e o surgimento de condições psicopatológicas frente ao estado de vulnerabilidade. Botega (2015) afirma que os policiais têm maiores chances de tentar suicídio que a população em geral, isso porque, possuem acesso aos meios letais e um ambiente de trabalho com estressores específicos.

Araújo e Bicalho (2012) também abordam o suicídio entre os PMs, enfatizando a tendência a esse ato por conta de sintomas de estresse, angústia, ansiedade, além da sensação de desamparo. Somado a isso, apontam outros fatores como o contato com substâncias

químicas, noção e/ou modos de acessar meios com os quais possa realizar suicídio e pressão profissional.

O relato seguinte se revela tão honesto quanto angustiante, escancarando o temor do Policial Militar em se perceber próximo à possibilidade de morrer, sabendo que seu trabalho diário o expõe a esse risco inexoravelmente e, possivelmente, ao atender esse tipo de ocorrência, ele consiga visualizar a si próprio dentro daquela farda sem vida. Tais situações demonstram a existência de sofrimento por parte do PM, não apenas no enfrentamento diário da morte, como também diante da possibilidade da própria morte, de perceber que é um ser humano passível de perder a vida a qualquer momento do trabalho, deixando cair a máscara de “herói invencível” frente aos meandros do ofício (Silva, 2009). Além disso, a ideia do contato com a possibilidade da própria morte pode ser vista estímulo ao autocuidado, fazendo com que os PMs tenham maior atenção ao seu trabalho, entendendo que a abertura para falhas pode levar a própria morte (Müller, 2012).

Para Fernandes (2010), a morte dos pares aproxima o contato do homem com a situação que apenas ele pode vivenciar em pensamento, e, refletir sobre a própria morte representada, é um movimento que retrata algo íntimo de cada pessoa. O autor enfatiza que vislumbrar a própria morte, a reveste como sendo algo inevitável e concreto; afinal nada é tão certo como a morte, no entanto o homem ainda tem dificuldade em assumir a possibilidade que um dia irá morrer. Assim, as discussões que permeiam o tema misturam o reconhecimento ao direito de cada um a determinar como deseja morrer, ao mesmo tempo, em que o comportamento mais aceito é o de luta pela vida, em detrimento ao pensamento distante sobre as questões relacionadas à morte (Botega, 2015).

P 2: “... no início, comecei a carregar corpo, depois começou a cair a ficha, cheguei em casa, chorei, no outro dia. Mas tá tranquilo, até uns oito meses comecei a ter dificuldade de dormir mas isso era uma vez a cada vinte dias e isso começou a aumentar, comecei a sonhar com tragédias, daí quando eu ia pra atender acidente de dia e de noite eu começava a ficar nervoso [...] comecei a ficar ansioso, irritado”.

P 9: “... meu sobrinho estava na boate, fui tentar localizá-lo. Comecei a auxiliar na retirada dos corpos, tirávamos em grupo, éramos em 3 ou 4 pessoas que iam carregando até o caminhão [...] a kiss foi mais do que marcante prá quem trabalhou, que tirou, que ajudou a retirar. Foi

marcante também tirar o meu sobrinho dali, sim, encontrei, retirei, carreguei dali...Sem dúvidas prá mim, será pela eternidade o mais marcante”.

Além dos relatos de suicídio, um desastre específico emergiu nas falas de quase todos os participantes. Em verdade, os relatos mais tensos talvez tenham sido gerados a partir das lembranças de um dia fúnebre, especificamente para este grupo de policiais, quiçá para todos os policiais dessa região. Um incêndio, ocorrido na região central do estado, em uma cidade universitária, na madrugada de 27 de janeiro de 2013 mudou o destino de 242 jovens vitimados após o uso de um artefato pirotécnico na conhecida Boate Kiss. Esse acontecimento foi fonte peculiar de angústia no que concerne à morte escancarada, pois significou o contato desordenado, tanto físico quanto psíquico, com os horrores do processo de morte em âmbito coletivo.

Os relatos falam da postura de quem trabalhou e vivenciou repetidamente os momentos de horror, que ainda assombram muitas pessoas. Uma miscelânea de sentimentos e ações pela qual caminharam os PMs que se viram em determinado momento, perante um conflito entre o sofrimento pessoal e as obrigações da farda, retirando corpos, procurando vidas e encontrando morte. As marcas relatadas em todo o trabalho e nesta seção categórica são marcas indefinidamente presentes na vida destes PMs, os quais não relataram um temor em entrar no campo da tragédia, mas de sair dele com as mãos cheias de marcas de morte e com poucas marcas de vida.

Um primeiro ponto é apontado por Müller (2012) pois, mesmo tendo preparo para atuar em situações diferenciadas, no caso dos integrantes do POE, nunca cogitou-se a possibilidade de vivenciar uma situação que culminasse em tantas mortes de pessoas jovens conhecidas, pois vários participantes comentaram que conheciam alguém que estava na boate e não sobreviveu. Além disso, a sensação de desamparo duela com a sensação de naturalização da morte, revelando que, em determinado momento, o reconhecimento e a expressão dos sentimentos é impossível de ser ignorado, mesmo a nível individual (Silva, 2009).

Kovács (2008) reconhece que a morte do outro possibilita reflexões e definições; ao mesmo tempo, visualizar tantas mortes e, em situação de proximidade pode suscitar sensação de abalo, angústia e desespero. Ademais, o contato direto com a morte escancarada, que ocorre em qualquer lugar e sem disfarce, proporciona a sensação de vulnerabilidade, gerando temor e incertezas.

P 8: “... eu não tava em Santa Maria, não enfrentei essa da kiss, acredito que foi muito difícil [...] tu se sensibiliza.”

P 17: “...é uma decepção não ter vindo prá kiss, queria estar aqui e não pude, coisa minha, pessoal. Fiquei o dia inteiro olhando a televisão, meus colegas todos ali e eu não tava ajudando, minha mulher disse que foi bom, mas prá mim não foi, eu queria estar aqui”.

Os policiais que relataram não ter estado presentes no momento da tragédia também chama a atenção. Apesar de não ter presenciado, há um sentimento de enfrentamento e sensibilidade. A morte, por ter estado distante deste grupo de policiais, não gerou os temores de enfrentá-la. A fala daqueles que presenciaram a morte trágica de forma distante é de motivação ao enfrentamento.

Os relatos parecem sugerir que o temor real da morte escancarada só pode ser, de fato, relatado, na vivência direta em um meio, e este mesmo meio, é o seu ambiente de trabalho. Pode-se pensar que o fato de ter a organização do trabalho baseada nas intervenções em grupo, onde tarefas são divididas, esses profissionais tenham sentido que o peso de sua ausência aumentou, de algum modo a exposição e o sofrimento dos colegas que participaram da ação naquele dia (Müller, 2012).

4. A Representação da Morte: Do impacto à reflexão

A morte do outro faz pensar sobre a vida. O primeiro impacto da ocorrência com morte é tão complicado do ponto de vista psíquico, que os relatos trazem a contradição de ser ao mesmo tempo “complicado” e “tranquilo”. O regimento da corporação - que normatiza a postura burocrática - deflagra cotidianamente um tipo limitação, levando o policial à busca da aceitação a qualquer custo da normalidade do fato. Acatar (como ordem mesmo) a ambivalência entre tentar ajudar, pois é um evento de sofrimento e dor, e se manter inabalável, pois a morte é o natural na vida e também parte de seu trabalho. Essa normatização vinda do grupo é percebida no relato representado pela figura do sargento, isto é, sujeito que tem mais tempo dentro da corporação. A postura precisa ser rígida, mas é percebida a necessidade de refletir sobre o tema, sobre a própria vida, quando o sujeito está consigo mesmo.

Fernandes (2010) refere que a reflexão sobre a morte reveste-se dos conceitos, condutas, culturas, comportamentos e papéis que cada pessoa ocupa e que denota a condição humana de ser biopsicossocial. Desse modo, o autor aponta que a representação social de cada um sobre a morte é proporcionada ao longo das vivências, em que essa sempre esteve ou se fez presente. No caso dos PMs, é referido a seguir, o quanto o convívio com as situações de morte não era algo comum, em um primeiro momento, tornando a experiência, no mínimo, marcante e reflexiva.

P 20: “...o primeiro impacto foi complicado, ver aquele enforcamento e ter aquela vontade de tentar ajudar, mas infelizmente tem que agir dentro da legalidade e, posterior é uma coisa normal, não tem mais o que fazer, o natural da vida é a morte, mas bem tranquilo.”

P 10: “... a primeira vez é estranho, mas depois é como o sargento falou, uma ocorrência normal [...] A primeira vez, não sei, fiquei pensando depois, matutando, valores de vida, enfim tirando o que a pessoa era (criminoso)”

Destaca-se o encaminhamento a um “discurso da naturalização da morte” que atua como uma defesa coletiva, uma vez que realmente consideram que dentre suas funções está colocada a questão de matar e o morrer (Moreira *et al*, 1999). Oliveira e Santos (2010) apontam que é necessário pensar no sofrimento psíquico causado pela impossibilidade de compartilhamento de sentimentos e vivências num ambiente de trabalho onde os relacionamentos interpessoais, ainda mais quando a hierarquia é levada em conta. Assim, não há a consolidação de um espaço de reflexão das práticas realizadas, em vista que não há um investimento à fala referente às emoções. Outrossim, o primeiro impacto parece gerar angústia, e as vivências com o evento mobilizam o sentimento de naturalização da morte, amenizando as emoções que ela lhes suscita (Moreira *et al*, 1999; Silva, 2009).

P 3: “... ninguém é preparado pra morrer, a morte é uma certeza, mas ninguém é preparado, ou senão dava uma doença e a pessoa não ia procurar o hospital”.

P 9: “... ninguém se prepara para ver a morte, não existe preparação para chegar e ver uma pessoa morta, existe da nossa parte uma questão de profissionalismo, faz parte da nossa função, já está mais habituado com a situação”.

Na cadeia de representações, a etapa do primeiro impacto gera o autoquestionamento sobre a preparação que se tem para lidar com ocorrências de morte. A conclusão de preparo ineficaz parece ser uma certeza nas falas, consequência da exposição às normas corporativas, as quais os prendem a uma postura ‘inabalável’. O temor sobre a morte é comparado a uma doença, porém uma doença curável. Essa cura para o temor é o profissionalismo injetado nas normas, engessando as emoções e tornando o policial habituado aos meandros de sua função (Fernandes, 2010). Essa contradição surge a partir de um conflito existente entre o policial e a busca por um meio de sofrer menos, diante das agressões que as ocorrências de morte lhes causam.

O profissionalismo pode ser associado ao tempo, citado como fator importante ao enfrentamento das ocorrências com óbito, pois aprendem verdadeiramente a atuar quando estão no trabalho, destacando que o ofício policial é aprendido na prática (Silva, 2009). Para a autora, assumir que além de combater e/ou provocar a morte se está vulnerável a ela é algo paradoxal e que pode levar o Policial à exposição de um grande sofrimento.

P 3: “comecei a pensar mais, refletir bem mais na situação de perda posterior de conviver muito com a morte, bem mais que a própria morte do eu morrer, mas sim do eu perder alguém ou alguém me perder entendeu?”

P 16: “nós não somos nada nessa vida, hoje tu tá aqui, amanhã tu não sabe, de repente tu sai e se acidenta e vai ser só mais um número, dentro da nossa profissão [...]a gente fica mais consciente que na vida não somos nada, como estamos vivos agora daqui a meia hora talvez não estejamos...”

As contradições culminam em uma reflexão mais profunda sobre si. Parece ser um estado de proteção, onde percebem que nada podem fazer, senão ressignificar os encontros com a morte. Uma dessas ressignificações é a visão da valorização da vida dos entes. Percebe que o profissionalismo, se tomado à risca, se mostra reducionista, tornando um número a mais no obituário da corporação. A consciência da morte como parte da vida é a última etapa da

cadeia de representação da morte, onde ocorre uma reflexão sobre o que é importante para cada sujeito por traz do policial.

O ambiente policial é permeado por contradições, desde o trabalho prescrito – pensado e organizado teoricamente – e o trabalho real, desenvolvido no policiamento ostensivo, bem como o envolvimento com a sociedade, que na sua condição livre, não aceita a imposição de limites, mesmo que estes sejam parte da manutenção da ordem, necessária a toda sociedade (Müller, 2012).

Além disso, por vezes a naturalização da morte é vista como uma banalização, no sentido de evitar pensar sobre a morte, eximindo a ideia de que este profissional precisa proteger seu ambiente psíquico a fim de atender as ocorrências e os envolvidos em questões de morte (Silva, 2009). Esse mecanismo gera um distanciamento visto como imprescindível para que os PMs se mantenham concentrados e alertas, desenvolvendo seu papel frente a situações de perda ou que envolvam sofrimento.

Tais conceito dizem das representações elaboradas pelos militares. Essas, expressam além de opiniões, imagens ou atitudes sobre a temática da morte no trabalho. É um conhecimento, construído pelo grupo que busca dar conta da organização de realidade, tão particular a esse público. Dessa forma, percebe-se que o entendimento dos PMs acerca das vivências junto a situações de morte, é permeado por contradições, necessitando mecanismos de proteção psíquica, como a naturalização, muitas vezes vista como indiferença ou banalização. Entretanto esse modelo segue o que preconizado pelas regras institucionais as quais estão submetidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo foram discutidas questões geradas a partir de contextos sociais, na qual uma classe trabalhadora executa suas funções. A classe a quem se refere são os Policiais Militares, cuja dinâmica foi observada a partir das diversas situações que propiciam encontros com situações de morte. É importante ressaltar que se pretendeu explorar questões representativas do grupo de policiais e não desenvolver uma análise individual. Dessa forma, as discussões buscaram a uma reflexão sobre os contextos nos quais os sujeitos se encontravam e onde eles significaram suas vivências de aprendizado, naturalização, racionalização ou temor diante dos encontros com as ocorrências que envolveram a morte.

Diante desse direcionamento, vale destacar, como inferência a este estudo, a observação de que os temores diante das situações de morte, por parte dos policiais, refletem tanto o temor pelo julgamento da sociedade quanto o temor pelo juízo próprio. O julgamento da sociedade pôde ser percebido como a indiferença e parcialidade agressiva e negativa no pensamento social, acompanhada de cobranças por resultados e pouca reflexão sobre os propósitos de seu ofício. Tal atitude promove um distanciamento da sociedade e do policial, sustentado por sentimentos ambivalentes diante da necessidade de proteção e segurança que a farda impele e da animosidade que esta postura social gera.

O juízo de si mesmo foi discutido a partir das reações relatadas pelos policiais diante da ocorrência que envolve morte ou, ao menos, da possibilidade desta ocorrência. Esse autojuízo difere de uma autorreflexão, quando se percebe uma cobrança impensada de si mesmo, um temor grande em não conseguir lidar com a situação. Temor este que se expressa nas falas como uma questão de grupo, não apenas individual.

Essa situação é permeada pelas vivências institucionais que imprimem normas para serem seguidas à risca, com total obediência e sem espaço para falhas. Dessa forma, não é apenas uma dificuldade do sujeito, mas as peculiaridades da profissão que trazem consigo estas demandas temerosas, tornando a força do grupo indispensável para lutar, não apenas contra o crime, mas contra um julgamento social e contra as incertezas de si mesmo. No que tange as peculiaridades da profissão com vistas à saúde do sujeito, percebeu-se que a rigidez e o foco na coletividade impingem algo negativo e que deve inspirar cuidado por parte do profissional de saúde, uma vez que os limites de cansaço e desgaste psíquico são da ordem do individual e, em uma avaliação coletiva, o grupo será balizado pela evolução do mais forte, desassistindo aqueles que possam estar enfrentando um momento crítico seja de saúde física ou mental.

Esses temores puderam ser compreendidos a partir das representatividades da morte para estes policiais. Em demasia, das falas emergiram contradições que sugeriram o caráter protocolado de ação da instituição militar. A instituição exige postura racional e alerta, onde a expressão do sentimento nem sempre é bem vista, se não for para ser usado em prol da ação de segurança pública. Percebeu-se que a representatividade desses encontros com a morte não é tão tranquila quanto eles se esforçavam para expressar. Como todo ser humano, o PM também expressa seu desconforto com a presença tão concreta da finitude. Ao mesmo tempo a morte é a maior representação de que não podemos ter controle sobre tudo o que ocorre em vida.

Existe uma aspiração pelo não encontro e há uma angústia, por vezes velada, diante da inexorabilidade destes encontros. É a partir dessa relação que se percebeu a nascente dos temores, sendo que o momento do encontro com a morte gera angústia, escancarando a incapacidade de controle e vigia de si mesmo, tornando o grupo como suporte para que os membros não se desarmem psiquicamente. Deste modo, o grupo representa um espaço continente as angústias não ditas, mas vivenciadas no cotidiano policial. Este fato foi bastante observado nos relatos que tangenciaram o incêndio da boate kiss, onde vários participantes atuaram e, em muitos momentos houve concordância frente àqueles que conseguiram verbalizar sua perplexidade e consequências relativas à saúde pós vivência em situação de desastre.

Em termos de consequências, os medos velados (ou não) mostram os mecanismos de proteção do grupo ou dos sujeitos. Percebeu-se nos grupos estudados que estes mecanismos geravam a postura aparentemente indiferente para expressão de sentimentos. Foi dessa forma, portanto, que se percebeu o sentimento de naturalização pelo encontro com situações de morte. O trabalho do Policial Militar engloba singularidades de valores e comportamentos, que tornaram essa, uma trajetória árdua.

A dedicação, pode-se dizer, exclusiva às normas e aos procedimentos institucionais, a rotina sem rotina, pois saem de casa sem saber quais serão os desdobramentos de seu plantão e se voltarão. O encontro das mais diversas formas com a morte e com os envolvidos, o enfrentamento perante a sociedade, buscando cumprir seu papel, mesmo diante de críticas e desvalorização permeando a experiência diária do trabalho em grupo. São muitas as questões debatidas e, talvez, a mais significativa seja ter que enfrentar tudo e evitar o envolvimento emocional. Isto significa, muitas vezes, ignorar, afastar ou minimizar as emoções que seu trabalho mobiliza. Esse fato, associado ao aumento da exposição aos eventos que envolvem a morte, podem mobilizar o adoecimento, principalmente no âmbito psíquico, levando os PMs a decidir pelo fim da própria vida, quando o sofrimento transborda a capacidade de contenção interna, não encontrando espaço no coletivo para ser expresso e aceito.

Diante destes fatores de instabilidade, os discursos dos grupos de policiais levam a acreditar em potenciais reflexões sobre a temática sendo dispostas. Como foi discutido, do impacto, houve reflexão. Da tragédia, percebeu-se a necessidade de pensar em si. A morte do outro fez com que os policiais pensassem sobre a própria vida. Há momentos importantes nos discursos que trazem a reflexão sobre como a dificuldade em lidar com as situações de morte é uma realidade, e como isso esclarece a existência do natural temor sobre a morte. Os policiais percebem, em certo momento, a influência das normas rígidas na sua frágil postura

inabalável, procurando, de fato, sofrer menos. Esta reflexão sobre si foi um benefício alcançado por este estudo durante os debates. Os momentos de fala e escuta criados facilitaram a abertura e permitiram uma reflexão sobre as angústias, tão intensamente denunciadas através de contradições mostradas individualmente. As representações sociais destes policiais sobre os encontros com a morte passaram a ter um tom de libertação pela fala com o próprio grupo. Perceber-se inserido em uma corporação onde um sujeito que sofre não é o único, utilizando do grupo para se apoiar, se entender e dividir questões até o momento dos encontros.

Partindo das discussões desenvolvidas, pôde-se destacar a importância de abordar o tema da morte junto a uma categoria profissional que é, até certo ponto, coibida à expressão de sentimentos. Dar espaço à fala dos Policiais Militares, evitando o ambiente natural de trabalho, permeado por relações hierárquicas, permitiu riqueza de informações sobre as representações que esses indivíduos têm das situações diárias de morte que enfrentam. Situações estas que podem significar-se no temor da morte do outro, no temor de causar a morte do outro ou no temor da própria morte. Os significados atribuídos pelos grupos trabalhados decorrem sobre estas questões.

No que tange os grupos participantes, percebeu-se que a existência de um espaço mais aberto à escuta e a fala, entre os colegas de farda, proporcionaria um olhar às dúvidas e angústias e até poderia denunciar casos de sofrimento e adoecimento não vistos, viabilizando os encaminhamentos para os cuidados necessários e melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores. Percebeu-se que a possibilidade deste espaço depende de um incentivo ou mesmo autorização, por parte do comando direto dos grupos, ou dos militares mais graduados e mais antigos. Isso porque, em vários momentos, esses profissionais relataram a existência de conversas e reflexões sobre a morte dentro dos grupos de trabalho e o incentivo para tal.

A ampliação dos espaços de fala, escuta e acolhimento encontrará terreno fértil diante da formulação de projetos de trabalho a médio e longo prazo, ofertando esses espaços. Além disso, proporcionar vivências que possibilitem a expressão de sentimentos. Tão importante quanto, o acompanhamento psicológico aos grupos de policiais, é sugerida a criação de um vínculo maior entre a corporação militar e o trabalho do profissional de psicologia. Ademais, investir no acompanhamento do trabalho dos militares proporcionará maior conhecimento e aproximação destes com o campo social. Embora inseridos no dia a dia de trabalho, introduzidos diretamente na sociedade e requisitados a manter a segurança pública, ainda encontram-se distantes no que concerne à compreensão dos meandros de sua profissão.

REFERÊNCIAS

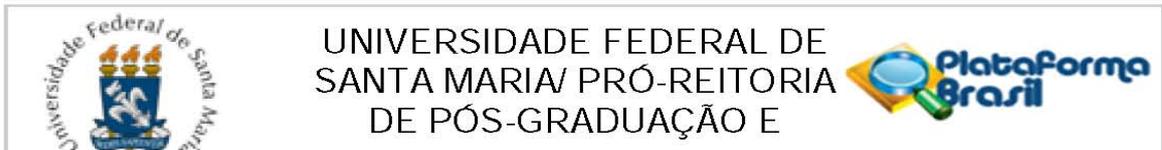
- Almeida, L.F., & Falcão, E.B.M. (2013). Representação social de morte e a formação médica: a importância da UTI. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 37(2), 226-234.
- Araújo, E.S., & Bicalho, P.P.G. (2012). Suicídio: crime, pecado, estatística, punição. *Revista de Psicologia da IMED*, 4(2), 723-734.
- Ariès, P. (1977). *Historia da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- BBC Brasil. (2014). *Para cada quatro mortos pela polícia no Brasil, um policial é assassinado*. Recuperado de http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140914_salasocial_eleicoes2014_violencia_policia_numeros_lk_jp
- Borges, M.S., & Mendes, N. (2012). Representações de profissionais de saúde sobre a morte e o processo de morrer. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 65(2), 324-331.
- Botega, N.J. (2015) *Crise suicida: avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed.
- Braz, D.M. (2006). *A saúde do policial militar no Rio Grande do Sul: acidente de trabalho na atividade física e treinamento*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre.
- Brigada Militar. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (2015), História da instituição. Recuperado de www.brigadamilitar.rs.gov.br
- Chiavenato, J.J. (1998). *A morte: uma abordagem sociocultural*. São Paulo: Moderna.
- Costa, A. da C. & Estevam, I.D. (2014). *Depressão em policiais militares: uma possível decorrência das atividades laborais*. Recuperado de www.psicologado.com.
- Derenusson, F.C., & Jablonski, B. (2010) Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial. *Aletheia*, (32), 22-37.
- Fernandes, P.D.M. (2010). *Representação social da morte em contexto militar*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro, Portugal.
- Ferreira, R.A., Lira, N.P.M., Siqueira, A.L.N., & Queiroz, E. (2013). Percepções de psicólogos da saúde em relação aos conhecimentos, às habilidades e às atitudes diante da morte. *Psicologia: teoria e prática*, 15(1), 65-75.
- Fontanella, B.J.B., Ricas, J., & Turato, E.R. (2008) Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de saúde pública*, 24(1), 17-27.
- Guerriero, I. C. Z., Schmidt, M. L. S., & Zicker, F. (2008). *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. São Paulo: Hucitec.

- Jodelet, D. (org.). (2001). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes.
- Kübler-Ross, E. (2008). *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes*. São Paulo: Martins Fontes.
- Kovács, M.J. (2008). Desenvolvimento da tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. *Paidéia*, 2008, 18(41), 457-468.
- Kovács, M.J. (2005). Educação para a morte. *Psicologia: ciência e profissão*, 25(3), 484-497.
- Kovács, M.J. (1992). *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Medeiros, L. A., & Lustosa, M. A. (2011). A difícil tarefa de falar sobre morte no hospital. *Revista da SBPH*, 14(2), 203-227.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.
- Minayo, M.C S. (2007). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Minayo, M.C.S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M.C.S., & Souza, E.R (2003). *Missão Investigar: entre o ideal e a realidade se ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Moreira, F.H.; Guizardi, F.L.; Rodrigues, J. O. B.; Gomes, R.S.; Daros, R.F.; de Andrade, R. B.; Moraes, T. D. (1999). De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2 (1), 25-38.
- Müller, D.Z. (2012). *Uma polícia especial: possibilidades de prazer no trabalho dos policiais militares do Pelotão de Operações Especiais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Oba, M.D.V., Tavares, M.S.G., & Oliveira, M.H.P. (2002). A morte mediante as representações sociais dos profissionais de saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 55(1), 26-30.
- Oliveira, K.L., & Santos, L.M. (2010). Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, 12(25), 224-250.
- Oliveira, P.L.M., & Bardagi, M.P. (2009). Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. *Boletim de Psicologia*, 59(131), 153-166.

- Oliveira, S.G., Quintana, A.M., & Bertolino, K.C.O. (2010). Reflexões acerca da morte: um desafio para a enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 63(6), 1077-1080.
- Oliveira, F.O.; Werba, G.C. (2003). Representações sociais. In: JACQUES, M. G. C. (Org.). *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 104-117.
- Omena, L.P., Alves, C.F.O. (2007). *Saúde do trabalhador: o alcoolismo como sintoma do sofrimento dos Policiais Militares de Alagoas*. (Monografia de Especialização). Universidade Estadual de Ciências da Saúde, Maceió.
- Porto, M.S.G. (2009). Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo social*, 21(2), 211-233.
- Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012*. (2012). Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF. Recuperado em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.
- Shimizu, H.E. (2007). Como os trabalhadores de enfermagem enfrentam o processo de morrer. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 60(3), 257-262.
- Silva, J.R.S. & Assis, S.M.B. (2010). Grupo focal e análise de conteúdo como estratégia metodológica clínica-qualitativa em pesquisas nos distúrbios de desenvolvimento. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*. 10(1) 146-152.
- Silva, M.B., & Vieira, S.B. (2008). O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde e Sociedade*, 17(4), 161-170.
- Soares, A.J.(2007). Apontamentos para uma crítica à teoria das representações sociais. *Revista da direito e liberdade*, 7 (3), 55 - 64.
- Trad, L.A.B. (2009). Grupos Focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(3), 777-796.
- Turato, E.R. (2005) Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 39(3), 507-14.
- Universidade Federal de Santa Maria. (2015). *Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT*. Recuperado em <http://w3.ufsm.br/biblioteca/index.php/sib-ufsm/normas>.
- Vivian, C. Mahl, A.C., Silva, J.C., & Oliveira, L.A. (2013). *Profissionais de corpo e alma: aspectos psicológicos envolvidos no vital processo de reparação da justiça*. Recuperado de www.psicologado.com.

ANEXOS

Anexo A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DA MORTE NO COTIDIANO DE TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES

Pesquisador: Alberto Manuel Quintana

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 44567115.4.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.105.592

Data da Relatoria: 16/06/2015

Apresentação do Projeto:

Pela emenda o proponente solicita a inclusão de mais uma instituição como participante do projeto: 1º RPMon de Santa Maria.

Em função da justificativa apresentada, a solicitação pode ser aceita.

Objetivo da Pesquisa:

.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

.

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar

Bairro: Camobi

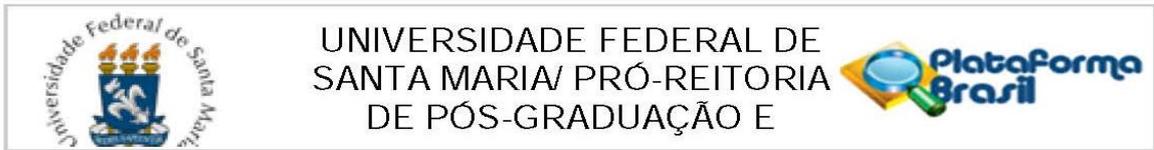
CEP: 97.105-970

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.105.592

Recomendações:

Veja no site do CEP - <http://w3.ufsm.br/nucleodecomites/index.php/cep> - na aba "orientações gerais", modelos e orientações para apresentação dos documentos. Acompanhe as orientações disponíveis, evite pendências e agilize a tramitação do seu projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

SANTA MARIA, 12 de Junho de 2015

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador)

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com

APÊNDICES

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Alberto Manuel Quintana

Endereço: Avenida Roraima, 1000, prédio 74B, 3º andar. Telefone: (55) 3220-9304.

Pesquisa: Um olhar sobre a presença da morte no cotidiano de trabalho dos Policiais Militares.

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo conhecer as representações sociais dos Policiais Militares que integram a Polícia Rodoviária Estadual e o 1º Regimento de Polícia Montada na região de Santa Maria, construídas a partir da vivência de situações que contemplem a morte no cotidiano de trabalho. Assim, nós o convidamos a integrar este estudo. Para a coleta de dados, será realizada a técnica de grupo focal, conforme a disponibilidade dos participantes em local previamente agendado. O registro será através da participação de um observador, graduando em Psicologia, e da gravação em áudio para posterior transcrição e análise do material. Ressaltamos que sua identidade será mantida em sigilo, sem identificação de nomes ou outra informação que possa vir a identificá-lo.

Entende-se que o estudo pode trazer benefícios à medida que possibilita um espaço de escuta à expressão de conteúdos particulares, ampliando os conhecimentos sobre si mesmos e, também, sobre o grupo. Além disso, espera-se que a realização deste estudo contribua para aumentar o conhecimento e as reflexões sobre o tema em questão. Por outro lado, trazer à tona questões relativas à morte pode mobilizar mal-estar e incômodo. Assim, serão destacadas as orientações acerca do acompanhamento aos participantes, sendo possível entrarem em contato com os pesquisadores a qualquer momento, via telefone, para sanar dúvidas ou mesmo retirar sua participação do estudo. Além disso, havendo a necessidade, será realizado encaminhamento à Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP), vinculada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal Santa Maria (UFSM), para acompanhamento psicológico, e será lembrado que os participantes podem desistir da participação no estudo a qualquer momento, sem acarretar prejuízos. Ao final do estudo, considerando a conclusão e entrega do material escrito, bem como a apresentação na Universidade, está prevista a devolução dos resultados aos participantes e à Instituição, para que possam se apropriar, questionar, discutir e refletir sobre eles.

Todo material desta pesquisa será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia da UFSM, sendo destruído após cinco anos da realização dos grupos.

Agradecemos sua colaboração para a realização desta pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com o pesquisador-orientador do projeto, Prof. Dr. Alberto Manuel Quintana, que pode ser contatado pelo telefone: (55) 3220-9304, e a pesquisadora Cristiane Sperling Elesbão – fone (55) 8461-8680. Os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM são: Av. Roraima, 1000 – Prédio da Reitoria – 7º andar – sala 702 – Camobi – Santa Maria – telefone (55) 3220-9362.

Data: ____/____/____

Participante

Responsável do Projeto

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

EIXOS NORTEADORES PARA O GRUPO FOCAL

1. De que forma vocês enfrentam as ocorrências que envolvem óbitos?
2. Vocês se sentem preparados para atuar diante das situações que envolvam a morte?
3. Há alguma relação entre o trabalho que desenvolvem, considerando a proximidade com a morte, e sua postura no convívio familiar?
4. Contem como foram as experiências no atendimento as ocorrências que envolveram óbitos.
5. Relatem uma experiência relacionada à morte que acreditam ter sido marcante em sua atuação profissional.
6. Sua percepção acerca da morte modificou-se após ter vivenciado situações que envolveram óbitos?